

SPGL SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



24

ESCOLA **informação**

Nº 248 novembro 2011 . MENSAL . 0,50€

NOV.

2011

**GREVE
GERAL**

Dossier

Um Orçamento de Estado
que exige uma Greve Geral

LEITURAS

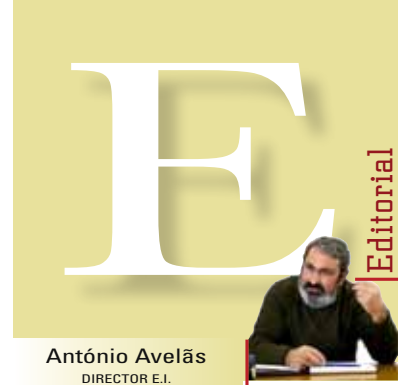


Murteira, Mário
Portugal nas transições,
CESO CI, Lisboa, 2011

Escrito antes da constituição do Governo PSD/CDS, o mais recente livro de Mário Murteira, significativamente intitulado 'Portugal nas transições', traça-nos um panorama do país desde 1950 até hoje. A limitação do espaço disponível nesta página do El obriga-nos a um esforço de síntese que, infelizmente, não poderá referir aspetos relevantes deste ensaio extremamente rico e perspicaz. Tentaremos, no entanto, focar algumas questões cruciais. Antes de tudo, deve sublinhar-se a «anomalia do calendário» (p. 50), paradoxo que caracteriza a economia e a sociedade portuguesa: após 48 anos de fascismo, Portugal não chega à 'economia de mercado' em atraso, mas, como refere Mário

Murteira, "antes de tempo". Contrapondo esta situação real à ilusão, criada entre 25 de Abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, de que o país se encontrava num processo de 'transição para o socialismo', verificamos que não adianta utilizar a linguagem de um passado que não retorna para se construir uma alternativa à desordem do presente. Mário Murteira não é um antieuropeísta defensor da 'albanização' do país, mas sim um europeísta crítico para quem Portugal não tem futuro fora da União Europeia, mas que deve também criar condições para diversificar as suas relações económicas com outros países e continentes. Esta diversificação é tanto mais necessária quanto mais pensarmos que "a integração europeia da economia portuguesa começou por ser imposta pelas circunstâncias, mais do que por resultado de uma estratégia política bem definida" (p. 105). E hoje estamos a pagar bem caro, sobretudo se tivermos em conta o ingresso precipitado no euro, este imprevisto 'bem português'. Muito justamente Mário Murteira apercebe-se, tal como Fernando Pereira Marques em "Sobre as Causas do Atraso Nacional" (Ver El, Jan-Fev. 2011), que o subdesenvolvimento deste país resulta mais de condicionamentos socio-culturais do que do "afrontamento de interesses de classe, no sentido marxista estrito" (p. 83). Este condicionamento remete para o que o autor designa perspicazmente, retomando a influência do Marx da "Ideologia Alemã", por 'ideologia portuguesa', caracterizada pelo embevecimento acrítico pelo que "vem de fora" - atualmente, por exemplo, os gadgets tecnológicos - e pela manifesta incapacidade de "exprimir-se" numa "estratégia criativa de «valorização da diferença», isto é, numa busca persistente de inovação ou de identidade positiva". (p. 83). Mais grave ainda é que esta 'ideologia portuguesa' contamina as formas tradicionais de organização e mobilização sindicais em que a estratégia de "mobilizar multidões para desfilar nas

ruas em protesto" (p.115), apesar de necessária e inadiável, acaba por se tornar relativamente ineficaz e redundante, já que os poderes económicos e políticos dominantes não se sentem minimamente afetados por ela, podendo até fazer alarde do seu respeito pelos 'direitos democráticos' consagrados na Constituição da República. Torna-se necessário, portanto, romper com a 'ideologia portuguesa' revista esta a forma que revestir. Isso implica necessariamente, antes de tudo, um novo modelo económico: um modelo que já não se centra no 'betão', mas 'intensivo em conhecimento'. A aposta na educação e qualificação da população é imprescindível para construir uma alternativa à 'ideologia portuguesa', embora o atual governo seja, neste momento, o principal obstáculo a esta alternativa e, por conseguinte, o principal responsável pelo arrastamento do país para um abismo sem fundo. Só que Mário Murteira não o podia prever. Caso contrário, as suas conclusões seriam provavelmente menos otimistas. Apesar de tudo, a conclusão da sua magnífica obra continua a ser uma aposta no futuro: "O desejável «possível» necessita de um Estado capaz de impulsionar rapidamente a valorização dos recursos humanos «nacionais», ainda que estes tendam a estabelecer-se fora do País, e também fora da própria Europa. Mas requer-se também capacidade para promover e alargar o diálogo social, sem acentuar, mas antes gradualmente corrigindo, os conhecidos desequilíbrios atualmente existentes, quer ao nível das contas públicas quer da balança de pagamentos" (p. 149). ■



LUTAR POR UM PORTUGAL SOCIAL COM FUTURO

1. DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO

As entrevistas do ministro Nuno Crato, as intervenções na Assembleia da República e a reunião entre o MEC e a FENPROF no passado dia 7 deixam bem claro que não há qualquer plano sério para a escola portuguesa e que o único rumo que orienta o MEC é o satisfazer as exigências financeiras impostas. Nuno Crato ter-se-á dado conta – apenas agora – que não é fácil nem desejável “implodir” o ministério da Educação, mesmo que seja necessário reorganizá-lo. Ter-se-á dado conta de que as nossas escolas são espaços que refletem a enorme crise social em que o país mergulhou e que isso se traduz no aumento da violência e da indisciplina, no aumento de crianças mal alimentadas e, em muitos casos, com fome; terá finalmente percebido que alguns diretores não têm quaisquer regras a não ser a sua vontade arbitrária; terá talvez entendido que a Escola ainda não recuperou da humilhação a que Lurdes Rodrigues tentou submeter a classe docente. Terá certamente tomado consciência da asfixia financeira que as escolas, incluindo as do ensino superior, vêm suportando. Não sei se terá já percebido que só o extraordinário profissionalismo da maioria dos docentes permite que, apesar de tudo, elas funcionem razoavelmente bem.

Nuno Crato ignora a realidade. Mas não é certo que isso o preocupe. Sabe que tem de tomar as medidas ditas “necessárias” para “despedir” uns largos milhares de professores e educadores (seguramente mais de 20000!) e para isso fará um simulacro de reorganização curricular, impulsionará a criação de mega-agrupamentos, reduzirá os cursos e as instituições do ensino superior, medidas estas em que a preocupação e o rigor pedagógico são o que menos interessa. A defesa do superior interesse da Educação exige que nos oponhamos a esta intencional destruição da Escola.

2. DA POLÍTICA

O governo, depois do corte salarial em 2011 (medida do anterior), que se manterá em 2012, voltou à carga na sua sanha contra a administração pública e, por arrastamento, contra todos os trabalhadores. Há quem batize o roubo dos salários e dos subsídios de Natal e de férias como “medidas corajosas” por parte do governo. Mas que coragem há em fazer pagar os mais indefesos – os que estão “à mão de semear” – os desperdícios, os disparates, os crimes económicos de que outros são responsáveis? Que coragem há em fazer recair sobre uns tantos a resolução de um problema do todo nacional? Que coragem há em roubar os mais fracos para que os mais ricos continuem a enriquecer? Que coragem há em empobrecer o país aumentando dramaticamente o número de pobres e alargando o já enorme fosso social que caracteriza a sociedade portuguesa?

3. DA GREVE GERAL

Ensina-nos a história que todas as mudanças no sentido do progresso social e da defesa das melhorias conseguidas se fizeram com lutas difíceis. Os portugueses confrontam-se com um claro ataque imbuído de um extremo liberalismo cujo objetivo é, a pretexto de inegáveis dificuldades económicas e financeiras, reduzir o Estado ao mínimo, tornando-o incapaz de garantir a qualidade dos serviços públicos essenciais num estado social moderno: a saúde, a educação, a justiça, a segurança social, os direitos e garantias democráticos, nomeadamente os direitos laborais. O que está em causa não são interesses particulares mas sim a defesa de um projeto de sociedade que respeite, mesmo que de forma limitada, os ideais de Abril, que mais não são que os ideais de um país que se pretenda civilizado.

Também a história deixa claro que as lutas não resultam no imediato, antes vão cimentando maneiras de pensar e de sonhar que, quantas vezes aparentemente de forma repentina, se traduzem em avanços e em ganhos sociais indiscutíveis. A greve geral de dia 24 – e há condições para ser uma excelente greve – não resolverá no dia 25 os nossos problemas. Mas obrigará o(s) governo(s) e a sociedade em geral a tomar consciência de que o caminho que está a ser trilhado é o caminho para o empobrecimento, para o descalabro económico e social. Dir-lhes-á que é tempo de mudar de rumo – e que é isso que continuaremos a exigir em nome de um Portugal social com futuro. ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs . Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguiña, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires . Redacção: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha . Composição: Luísa Pereira . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 21 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



Neste número:

2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Um O.E. que exige uma greve geral

13 Cidadania

13. Pessoas e oportunidades num mundo de 7 mil milhões

14. Os indignados e a crise da liberal democracia

16 Reportagem

2º Congresso Pró-Inclusão

20 Escola/Professores

20. 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação

22. Ofertas de escola

23. Creche e Pré-escolar

24. Ensino Particular e Cooperativo Lutar em unidade

25. Lutas

27. Por uma aposentação digna

28. Cinema às Quintas no SPGL

29 Opinião

Fundações sem fundamentos e sem fundos...

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Licenças sem vencimento

ÚLTIMA HORA

Escolas têm cada vez mais alunos mal alimentados

In www.publico.pt, 07.11.2011 – Por Lusa

Chegam sem a refeição da manhã, rondam sistematicamente o bar, mas nada compram. As escolas identificam cada vez mais alunos com carências alimentares, aos quais procuram dar resposta, apesar de os seus orçamentos também estarem em crise.

De acordo com a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE), as receitas de bufetes e papelarias das escolas estão a sofrer uma quebra de 30 por cento.

“Tanto no bar dos alunos, como na papelaria há efectivamente uma quebra. Ainda não quantifiquei, mas é uma redução substancial”, confirmou à Lusa o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), Manuel Pereira.

Os alunos têm cada vez menos dinheiro para gastarem na escola e em muitas situações chegam mal alimentados. O professor dirige uma escola em Cinfães, onde grande parte da mão-de-obra masculina estava associada à construção civil, agora estagnada.

Mesmo famílias que conseguem manter o emprego, vêm o rendimento reduzido e a escola é o primeiro lugar onde as evidências não podem ser negadas. “Reflecte-se se na quantidade de suplementos alimentares que estamos a dar aos alunos identificados pelos directores de turma”, conta o docente.

Ao perceber que há alunos mal alimentados, a escola oferece um lanche ao início da manhã e outro a meio da tarde: um pão com queijo ou fiambre e um sumo ou leite.

“Temos sinais para poder tomar este tipo de decisões. Um deles tem a ver com a não utilização do cartão (electrónico) por falta de dinheiro”, relata o dirigente, que conta também com o director de turma para perceber se o aluno toma o pequeno-almoço ou se “anda sistematicamente à volta do bar dos alunos e não compra nada”. A situação é facilmente identificada pelos funcionários e analisada com uma assistente social.

A escola, classificada como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), já presta este apoio há vários anos, mas nos últimos tempos teve necessidade de o reforçar. “Estamos a falar neste momento de um universo de oito a 10 por cento dos alunos da escola”, indica o director do estabelecimento, com 650 estudantes.

Presentemente são 50 a 60 alunos que recebem o suplemento alimentar, mas estão constantemente a ser identificados “mais alunos” nestas circunstâncias. Manuel Pereira conta receber verbas para estes apoios, mas quando não as tinha, utilizava todos os lucros do bar dos alunos e dos professores para prestar este auxílio.

Nos contactos que faz regularmente com directores de outras escolas, constata situações semelhantes. ■

“

Portugal, ao executar o programa da Troika, está a ser governado num quadro que se assemelha a vivermos numa espécie de estado de ocupação do país. Nós corremos graves riscos quando temos um Governo que não interpreta os interesses dos portugueses e das portuguesas, mas sim os conteúdos do memorando da Troika.

Texto de Carvalho da Silva

PÁGINA 9

24 NOV. 2011

Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º248 Novembro 2011

■ Num momento em que se tornou imperioso, como diz Carvalho da Silva, que os trabalhadores se batam pelos direitos laborais, pelos serviços públicos e pelas liberdades e valores fundamentais da democracia, este dossier reúne, para além de um texto do secretário geral da CGTP-IN, uma análise do OE para 2012, de António Nabarrete, e uma denúncia, por José Gusmão e Ana Drago, das políticas que estão a ser implementadas ao nível do ensino. ■

Proposta de OE para 2012

Recessão e desemprego sem fim à vista

As garantias do Estado relativamente ao poço sem fundo que é o BPN já ultrapassam os 8.500 milhões de euros (5% do PIB!). Se a isto se juntar o “caruncho” que continua activo na Madeira, o pagamento das “parcerias público privadas”, com crescimento exponencial nos próximos anos, e o “saneamento” das empresas públicas que se querem entregar “limpinhas e baratas” ao capital internacional, temos uma receita para a qual não chegará a “supressão” dos subsídios de férias e Natal dos funcionários públicos e pensionistas e a horrorosa carga fiscal que não pára de aumentar. Se esta lógica, inscrita na Proposta de Orçamento para 2012, não for travada, em meados do próximo ano teremos novas medidas de austeridade sobre as “gorduras do Estado” e os “gastadores inveterados”, isto é, sobre os funcionários públicos, os pensionistas e os trabalhadores do sector privado.



Foto: Piotr Ciuchta

• António Nabarrete

Vice-Presidente do SPGLI

O corte brutal no rendimento disponível dos portugueses – por via directa através da supressão dos subsídios de férias e Natal, e do aumento dos impostos, e por via indirecta através da imposição, empresa a empresa, do corte desses subsídios seguindo o exemplo do Estado – arrastará consigo uma quebra histórica do consumo privado em 2012 (valores da ordem dos 6% não estão fora de causa!) e levará a uma taxa de desemprego sem precedentes, agravada pela utilização de mais meia hora de trabalho gratuito no sector privado, que poderá tocar os 16% no próximo ano!

A juntar a isto, uma diminuição tão calamitosa do rendimento disponível das famílias conduzirá a uma distorção ainda mais vincada da sua aplicação pelos trabalha-

dores portugueses que serão obrigados, pela força das circunstâncias e para procurar sobreviver, a entregar os seus magros rendimentos a um conjunto de meia dúzia de grandes empresas (do sector da distribuição e do gás, combustíveis, água, electricidade e comunicações), a maior parte delas detidas pelo capital internacional, num movimento que acelerará ainda mais a espiral de falências das pequenas e médias empresas, o que continuará a produzir desemprego crescente para além de 2012.

Breve análise do OE para 2012

1. A FALÁCIA DO “DESVIO COLOSSAL”

A principal justificação para o

confisco dos subsídios de férias e Natal aos trabalhadores da Administração Pública reside, segundo o governo, no desvio previsto para a execução orçamental de 2011 de 3.400 milhões de euros, cerca de 2% do PIB. Ora, se olharmos para os dados da proposta de OE para 2012, o que vemos? Uma falha de poupança de 300 milhões de euros, correspondente, segundo o ministro das Finanças, a uma menor redução de trabalhadores dos ministérios da Educação, Administração Interna e Defesa. Se nos lembrarmos da travagem do processo de constituição dos mega-agrupamentos e da manutenção do par pedagógico em EVT (com os votos da actual maioria de governo!) podemos aceitá-los como verdadeiros mas sem qualquer elemento de surpresa. Por outro lado, em termos de despesa, um acréscimo de 560 milhões de euros que na

sua maior parte são atribuídos ao serviço da dívida. Mas há alguma surpresa nisto, com as taxas de juros elevadíssimas o país tem vindo a pagar? Do lado da receita o ministro das Finanças salienta a quebra de 800 milhões euros, maioritariamente atribuída a um decréscimo das contribuições para a segurança social, provocadas pelo aumento do desemprego e falências de empresas (e ainda queriam cortar significativamente a Taxa Social Única?). Bom, mas isto soma 1.660 milhões de euros! Os restantes 1.740 milhões de euros, mais de metade, devem-se ao “buraco” do BPN (mais uma “pequena” camada que se tornou visível), gerido por gente do PSD, com o beneplácito do Presidente da República, no valor de 1.140 milhões de euros, e ao “buraco” da Madeira, governada pelo PSD, no valor de 600 milhões de euros. **Portanto, e retirando os 800 milhões de quebra na receita atribuídos maioritariamente ao decréscimo das contribuições para a segurança social, o PSD está directa ou indirectamente comprometido com os restantes 2.600 milhões de euros (1,55% do PIB!) e a sua manifestação de surpresa é hipócrita e mentirosa!**

2. CENÁRIO MACROECONÓMICO PARA 2012

O cenário macroeconómico previsto na proposta de OE para 2012 (ver quadro abaixo) é aterrador! Quebra do PIB em 2,8 %, do consumo em 4,8%, do investimento em 9,5%. Desaceleração das exportações em 1,9%, relativamente a 2011, e aumento do desemprego para 13,4%. Contudo, atendendo às medidas recessivas previstas (cortes de salários e confisco dos subsídios na Administração Pública, aumento brutal dos impostos e “mecanismos automáticos” de desemprego, como o aumento de meia hora de trabalho gratuito, no sector privado) este cenário é, infelizmente, pouco credível.

Convém lembrar que o OE para 2011 previa um aumento do PIB de 0,2% (prevê-se agora uma quebra de 1,9%!), uma quebra do consumo privado de 0,5% (prevê-se agora uma quebra de 3,5%!) e uma taxa de desemprego de 10,8% (prevê-se agora uma taxa de 12,5%).

Se as medidas previstas na proposta de OE para 2012 passarem a letra de lei, principalmente nos aspectos relacionados com o confisco dos subsídios aos funcionários públicos e pensionistas, ao aumento brutal do IVA e aumento da jornada de trabalho no sector privado, a recessão nunca será inferior a 4% do PIB o que implicará uma taxa de desemprego que tocará os 16%!

3. MEDIDAS PARA A REDUÇÃO DO DÉFICE EM 2012

O ministro das Finanças sustenta, na introdução ao relatório que acompanha a proposta de lei do OE para 2012, que o défice orçamental irá ser reduzido de 5,9% do PIB em 2011 para 4,5% em 2012. Para conseguir este objectivo a proposta de OE para 2012 prevê:

► **Um corte na despesa equivalente a 4,4% do PIB**

• **1,6% do PIB com a redução de despesas com o pessoal;** (confisco dos subsídios de férias e Natal dos trabalhadores)

• **1,2% do PIB com a redução das prestações sociais;** (confisco dos subsídios de férias e Natal dos pensionistas)

• **0,6% do PIB com a redução das prestações sociais em espécie;** (medicamentos e outros)

• **0,4% do PIB com corte de 10% dos orçamentos de funcionamento;**

• **0,5% do PIB com cortes no investimento das empresas públicas;**

• **0,1% do PIB com outros cortes.**

► **Um aumento da receita equivalente a 1,7% do PIB**

• **1,7% do PIB através do aumento do IVA, IRS, IRC, IMI** (apresentado de forma não desagregada)

Um primeiro olhar para estes números da proposta de OE para 2012 deixa-nos perplexos. **Então para corrigir o défice orçamental em 1,4 % do PIB (de 5,9**

Principais indicadores em variação percentual (%)			
	2010	2011	2012
PIB	1,4	-1,9	-2,8
Consumo Privado	2,3	-3,5	-4,8
Consumo Público	1,3	-5,2	-6,2
Investimento	4,9	-10,6	-9,5
Exportações	8,8	6,7	4,8
Importações	5,1	-4,5	-4,3
IPC(Inflação)	1,4	3,5	3,1
Taxa de Desemprego	10,8	12,5	13,4

para 4,5%) é necessário reduzir a despesa em 4,4% do referido PIB e aumentar a receita em 1,7% do mesmo PIB, num total de 6,1% do malfadado PIB? Quatro vezes mais! Independentemente de factores como o crescimento real do serviço da dívida pública, e não só nominal, independentemente de parte da correcção do défice deste ano de 2011 ser feito através de medidas extraordinárias, não repetíveis, (o ministro das Finanças já fala de um défice de 7,9% para 2011, sem medidas extraordinárias!), independentemente da brutalidade das medidas fiscais contribuir em si mesma para uma redução da receita, estamos a falar de uma assumpção, pelo ministro das Finanças, de que o défice *real* de 2011 se situará nos 10,6%! Ou então (ou o mesmo visto de outra perspectiva!) o ministro das Finanças, e o governo, propõem-se espoliar brutalmente os trabalhadores portugueses, quatro vezes mais do que é verdadeiramente necessário, prevendo mais “buracos” do BPN, da Madeira ou de algumas empresas públicas, para não falar da entrada em jogo do peso pesado que são as parcerias público-privadas!

Um segundo olhar educa-nos sobre aquilo que o PSD e o CDS consideram ser as “gorduras” do Estado: são os funcionários públicos e os pensionistas da função pública! Educa-nos também sobre o que é dispensável: os trabalhadores, os pensionistas e os doentes (estejam no activo ou aposentados)!

Num momento tão grave para o país e para os seus cidadãos é uma vergonha e um embuste actuar de forma preventiva, reduzindo de forma brutal os rendimentos do trabalho das famílias e as prestações sociais dos mais fragilizados!

4. A DESTRUIÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

A proposta de OE para 2012 atira o orçamento da educação para

3,8% do PIB (contra 5 % em 2010 e os 4,7% previstos para 2011), representando, em termos nominais, a passagem de 8.559 milhões de euros em 2010 para 6.579 milhões de euros em 2012. Para além do confisco de 463 milhões de euros, correspondentes aos subsídios de férias e Natal dos professores e educadores do quadro (do Pré, Básico e Secundário), do confisco de 27 milhões correspondentes aos mesmos subsídios dos professores contratados e da manutenção dos cortes salariais já efectuados em 2011, de 159 milhões de euros, o governo pretende cortar mais 257 milhões de euros através da supressão de ofertas não essenciais do Ensino Básico (102 milhões de euros), com a constituição de mega-agrupamentos (54 milhões de euros) e com outras medidas de racionalização (101 milhões de euros). A juntar a isto pretende cortar mais 147 milhões de euros no financiamento do Ensino Superior que somam aos mais de 100 milhões resultantes do confisco dos subsídios de férias e Natal.

Relativamente ao básico e secundário, o corte de 102 milhões de euros representará qualquer coisa como o despedimento de mais de 12.000 professores contratados e o envio para o quadro de mobilidade especial de mais de 5.000 professores do quadro. Por outro lado, o corte de 54 milhões, devido à constituição de mega-agrupamentos, terá como reflexo o despedimento da quase totalidade dos restantes professores contratados e do envio de mais dois ou três mil professores do quadro para a mobilidade especial. Convém compreender que quem for atirado para a mobilidade especial receberá o seu ordenado, na totalidade, por um período de apenas dois meses, depois terá mais dez meses a receber 66,7% e ao fim de doze meses passará a receber metade.

Quanto aos 101 milhões de euros de corte com outras medidas de racionalização permanece um mistério acerca da forma como serão executados. Certamente,

para além dos cortes nos magros orçamentos das escolas, envolverão a saída de ainda mais professores para o quadro da mobilidade especial e para a aposentação antecipada. Quer pela via do aumento do número de alunos por turma, quer através do ataque aos direitos profissionais dos professores, que têm a ver com o desgaste inerente ao exercício da profissão, inscritos do Estatuto da Carreira Docente.

Este panorama enquadra um ataque sem precedentes à Escola Pública em estabelecimentos públicos, feito à custa do seu pilar essencial ao serviço dos futuros trabalhadores portugueses: os professores e educadores!

5. O QUE É PRECISO FAZER?

É preciso impedir a todo o custo que estas medidas se concretizem, nomeadamente o confisco dos subsídios aos funcionários públicos e pensionistas, o aumento brutal do IVA e o aumento da meia hora de trabalho gratuito no sector privado.

Devemos recorrer a todas as formas de luta disponíveis (plenários, concentrações, manifestações e greves), devemos fazer a maior GREVE GERAL de que há memória no dia 24 de Novembro, mas temos também de conseguir o mais amplo consenso público, sindical e político possível para travar o empobrecimento do país e a destruição do núcleo civilizacional moderno e solidário, que construímos arduamente ao longo de muitas gerações, que denominamos estado social! ■

Nota: Este texto não foi escrito segundo as regras do novo Acordo Ortográfico

Uma Greve Geral pelos direitos e liberdades

GREVE GERAL

• Carvalho da Silva

|Secretário-geral da CGTP-IN|

“É uma Greve Geral que reclama um Portugal soberano e desenvolvido, e que afirma a necessidade imperiosa de os trabalhadores se baterem em defesa do emprego, dos seus salários, dos direitos laborais, dos serviços públicos e, decididamente, pelas liberdades e por valores fundamentais da democracia”, afirmou Carvalho da Silva, em conferência de imprensa de 19 de outubro, quando do anúncio da greve geral de 24 de novembro.

Desta esclarecedora intervenção do Secretário-geral da CGTP-IN, aqui reproduzimos largos extratos que, em linhas gerais, respondem à questão: porque é que este OE exige uma luta redobrada e firme dos trabalhadores.

Vivemos uma espécie de estado de ocupação do país

Portugal, ao executar o **programa da Troika**, está a ser governado num quadro que se assemelha a vivermos numa **espécie de estado de ocupação do país**. Nós corremos graves riscos quando temos um Governo que não interpreta os interesses dos portugueses e das portuguesas, mas sim os conteúdos do memorando da troika.

O Governo tem que ser o Governo do país, dos interesses e direitos dos portugueses e portu-

guesas, e não um Governo de defesa dos interesses dos credores e agiotas, que nos exploram com os compromissos que nos impuseram!

(...) Está em curso uma interpretação de fazer confundir o **interesse nacional** com os interesses expressos no memorando da troika. Os direitos dos portugueses e os parâmetros em que se organiza e relaciona a vida na sociedade portuguesa – desde logo a dimensão e amplitude dos nossos direitos como trabalhadores, e como cidadãos – situam-se no **enquadramento jurídico do que é o Estado de direito português e nos parâmetros da Constituição da República**. Não há interesse nacional que não tenha que ser submetido a estes parâmetros.

Nunca os trabalhadores e a sua luta foram obstáculo à economia, antes pelo contrário!

Não foi a luta dos trabalhadores que levou à **destruição do apa-**

relho produtivo português. Nós lutámos contra a destruição do aparelho produtivo e muitas vezes chamaram-nos retrógrados e outros nomes feios por assumirmos essas posições.

Não foi a luta do povo português e dos trabalhadores que levou aos **descalabros das parcerias público-privadas** que consumiram dezenas de milhares de milhões de euros, a favor de alguns oportunistas que assim enriqueceram.

Não foi, nem é, a luta dos trabalhadores que conduziu a que se tenham feito **roubos** (é disso que se trata) como o descalabro do BPN e outros resultantes de **corrupção e compadrios**, depois transferidos para o Orçamento de Estado, para o povo português pagar.

Não foi a luta dos trabalhadores portugueses que gerou e gera **economia clandestina**, informalidade, **evasão e fraude fiscal**, etc. Antes pelo contrário, como disse, estivemos e estaremos sempre do outro lado.

Pela renegociação da dívida

É preciso mobilizar a opinião pública, os portugueses, para que Portugal tenha uma voz forte junto da UE, exigindo a **renegociação**

Nós estamos mesmo num processo de **retrocesso social e civilizacional profundo**, de quebra do nível de desenvolvimento do país, e isso reflete-se nas condições de vida, nas condições de trabalho, nas dificuldades de acesso a direitos sociais fundamentais, mas também, por exemplo, em condições nos mais diversos campos da vida da nossa sociedade e na fragilização acelerada da democracia.

(...) Todas as gerações são afetadas, mas há uma geração que está mais em causa que as outras: é a **geração mais jovem**. O futuro torna-se muito complexo face a estas políticas. Por isso, deixamos um fortíssimo apelo à juventude, para que intensifique o seu esclarecimento sobre os problemas, a sua percepção das coisas e para que lute com todas as forças ao seu alcance. Não se pode impor esta coisa vergonhosa de lhes propiciar uma vida pior do que a dos seus pais e dos seus avós.

[Conferência Imprensa 14-10]

Estas medidas não vão reduzir a dívida do país, e é bom que todos tenhamos noção disso! Vamos fazer sacrifícios e no fim a dívida será maior. Os efeitos que resultam destas políticas são, como temos insistido, mais recessão económica e mais desemprego. E com recessão económica e desemprego não há melhorias das condições para pagar a dívida. Estão, como há muito tempo vimos chamando a atenção, a fazer aceleradamente o abaixamento do nível de desenvolvimento da sociedade portuguesa.

[Conferência Imprensa de 14-10]

ção da dívida, com revisão dos prazos, de datas, da dimensão e da forma de resolver os problemas da dívida. Os trabalhadores vão fazer um sacrifício para defender tudo isto e para **defender a democracia**.

O momento é de extraordinária oportunidade. Todos sabemos, Portugal está a seguir, aceleradamente, **as pegadas da Grécia no pior sentido** e nós temos que travar esse desastre.

Não podemos assistir, sem agirmos, ao **empobrecimento** do país, à **recessão** e ao aumento do **desemprego**, às **injustiças**, ao **empobrecimento** acelerado.

AS RAZÕES IMEDIATAS DA GREVE:

As políticas assumidas pelo Governo em torno do **Orçamento de Estado** são de uma violência, duma dureza e de uma injustiça que não se aceita.

Os **trabalhadores da Administração Pública**, face às decisões tomadas para estes dois anos, **perdem, em média, cerca de 30% da sua retribuição**. Até há setores (alguns de níveis mais elevados) que perdem mais do que 30%. Observamos que a quebra dos salários dos trabalhadores gregos, de 2009 para cá, é de 35%. Nós estamos a aproximar-nos a grande velocidade, em curto espaço de tempo.

Em relação ao **horário de trabalho é ignóbil a proposta** que está apresentada pelo Governo. O aumento dos horários de trabalho (no contexto que vivemos) resulta inevitavelmente em mais desemprego, quer nas empresas que estão subocupadas, quer naquelas que estão

em intenso trabalho, e significa uma perda salarial na ordem dos 7%. Além disso tem implicações graves em várias áreas, designadamente no direito de negociação coletiva. Do nosso ponto de vista, é claramente inconstitucional e

tem entre outras implicações, por exemplo, a redução das contribuições para a segurança social, porque vai haver mais desemprego e os descontos para a segurança social dos trabalhadores que ficarão a trabalhar continuarão a ser os mesmos apesar do horário de trabalho ser maior.

Havia setores patronais que até já tinham colocado desafios para negociação com os sindicatos de, em certas situações, poder haver aumento de horários de trabalho, em função do tipo de trabalho que esses setores têm, avançando com propostas de compensação salarial. (...) Para um alargamento idêntico ao que é pretendido pelo Governo sugeriam uma compensação de aumento dos salários na ordem dos 10%, o que, por exemplo, provocava imediato aumento do Salário Mínimo Nacional.

Trata-se pois de uma operação de transferência direta, de uma parte dos rendimentos do trabalho para o capital, sem qualquer efeito no pagamento da dívida, ou na redução do défice do Estado.

Quanto à política de **impostos**, o Governo apenas prossegue um aumento sucessivo dos impostos sobre o trabalho. **A riqueza lá continua apenas com umas promessazinhas** (para encenação), de aqui ou ali dar mais uns tostões para parecer que também está a contribuir.

Toda a gente diz que o cancro dos cancros (perdoem-me a expressão, mas é uma formulação que às vezes se usa), do défice do Estado é o resultado desastroso das **parcerias público-privadas**. O Governo comprometeu-se a tratar esta matéria como prioritária, mas **continua tudo na mesma**. Preparam-se agora é para que as negociatas continuem **acrescentando-lhe o negócio das privatizações**.

O ataque a uma série de direitos dos trabalhadores, como os **fe-**

riados, os dias de **férias**, e **muitas outras matérias** que mexem com valores de todo um povo tem de ser combatido. É a nossa cultura referências e **compromissos civilizacionais** que são postos em causa.

(...) Aquilo que está em curso no **setor dos transportes** é muito, muito grave. Nós apelamos aos portugueses para que tenham compreensão com a luta dos trabalhadores dos transportes, porque o que está em marcha vai significar uma enorme **redução de oferta** dos transportes à população, um **desemprego** muito grande e **negociatas** com privados para deitarem mão ao que é

rentável no setor.

A outra observação é sobre o que o Governo designa de **reformas da Administração Pública**. Já tivemos oportunidade de dizer: o que está projetado, quer para a Administração Pública Central, quer para a Administração Local, provocará imenso **desemprego direto** (público) e a **destruição de milhares de empresas privadas**, repito, destruição de milhares de empresas privadas, em particular pequenas e médias, que têm trabalhado ao longo dos anos para que se efetivem as funções das autarquias e para efetivar

direitos fundamentais aos portugueses.

É doloroso mas é um facto: estamos perante um **retrocesso social e civilizacional muito perigoso**, em que não são apenas as condições de trabalho, as condições de vida, as condições de estruturação da sociedade, mas também a democracia que é posta em causa. ■

"Acordai, acordai, homens que dormis a embalar a dor dos silêncios vis!"

Um oportuno texto que é parte de um poema de José Gomes Ferreira - "escrito em tempos de escuridão" - citado por Carvalho da Silva em artigo publicado no JN.

As Contas de Crato Subtrair, Dividir, Privatizar

• **José Gusmão** | Economista

• **Ana Drago** | Deputada do BE

Partimos de uma evidência. O que o Governo PSD/CDS apresenta como proposta política no Orçamento de Estado para 2012 é o maior processo de compressão dos recursos da escola pública da história da nossa democracia.

Basta ler os números. O Ministério da Educação e Ciência terá um corte da ordem dos 9,6%, que se materializará predominantemente através da degradação ou desaparecimento de serviços e da redução de apoios sociais. Usando a classificação orgânica como in-

dicador, o Ministério da Educação e Ciência terá um corte superior a 1300 milhões de euros, com uma redução da dotação para os estabelecimentos de ensino básico e secundário de quase 900 milhões. Seguindo uma tendência que já vinha do orçamento anterior mas acelerando-a dramaticamente, a proposta de OE para 2012 diminui em 1550 milhões as funções sociais. É certo que no âmbito destes cortes mantém-se a lógica, que já vinha de trás, de reduzir significativamente os rendimentos salariais dos profissionais da escola pública (cortes salariais em 2011, cortes dos 13º e 14º meses para

2012).

Mas agora a ambição é maior. O Ministro Nuno Crato foi de uma clareza cristalina nas suas decla-



rações a um jornal diário: “ **vamos ter uma grande contenção na contratação de professores**”. Os cerca de 28 mil professores contratados que asseguram hoje o funcionamento da escola pública serão um dos alvos principais destas medidas, embora seja de notar que o Relatório do OE 2012 faz referência explícita à utilização do mecanismo de mobilidade para os docentes afetos aos quadros de escola e agrupamento.

É, aliás, animada por essa vontade de retirar das escolas milhares de professores que uma parte significativa das medidas anunciadas neste Orçamento pode ser lida.

A redução de professores nas escolas públicas decorrerá mediante três instrumentos principais. Em primeiro lugar, e seguindo a lógica já aplicada pelos governos do PS, pela mão da reorganização da rede escolar (54ME).

Em segundo lugar, a vontade de suprimir o que o Governo chama de “ofertas não essenciais” na educação e de fazer a “revisão dos planos/projetos associados à promoção do sucesso escolar” coloca em dúvida a continuidade de experiências promissoras como as escolas TEIP, o programa Novas Oportunidades e coloca uma enorme interrogação sobre as modalidades de educação de adultos que o Governo pretende seguir.

Em terceiro lugar, o projeto político do novo Governo tem como linha definidora a reorganização curricular que o Ministro Nuno Crato tem vindo a desenhar em sucessivas declarações públicas.

A escola de Crato é a “velha escola” - a escola dos chamados “saberes essenciais”: ler, escrever e contar. Nada mais.

Daí que o Ministro tenha desde já anunciado a eliminação das áreas disciplinares destinadas à articulação de saberes e ao trabalho sobre igualdade de condições perante o saber escolar; anuncia também eliminar a aquisição de competên-

cias tecnológicas que não sejam profissionalizantes; e desvaloriza as ciências sociais e humanas. Estamos, portanto, perante todo um programa marcadamente conservador para a escolaridade obrigatória, em parte já desenhado e, em alguns casos, munido até de estimativas de “poupança” orçamental: eliminação da Área de Projeto nos 2º e 3º ciclos (50ME); supressão do Estudo Acompanhado no 3º ciclo (17ME); eliminação das TIC no 9º ano de escolaridade; possível fusão da História e da Geografia; eliminação do par pedagógico de Educação Visual e Tecnológica. Escusado será dizer que a vontade de reduzir o número de professores nas escolas públicas opera também por aqui.

A estes cortes na escolaridade obrigatória, é bom somar uma redução em 147 milhões no ensino superior e ciência. A dotação para a FCT reduz-se em 74 milhões e são congeladas as admissões de pessoal no Ensino Superior. Perante tudo isto, não admira que o Governo recorra a alterações na autonomia universitária e introduza um quadro sancionatório para punir desvios.

Sendo bem conhecido o estrangulamento financeiro em que têm (sobre)vivido as universidades e politécnicos em Portugal, e sabendo-se das diferentes capacidades que as várias instituições têm para compensar com receitas próprias os buracos orçamentais, o Ministro prepara-se para introduzir um Estado de exceção com efetiva suspensão da autonomia universitária e todas as condições para se tornar a regra.

Com estas alterações, Portugal passará a ser o país europeu com o mais baixo nível de despesa com educação (3,8%). Este Ministério é aquele que sofre o maior corte de toda a estrutura do Governo, o que diz bem, não apenas das prioridades do Governo ao nível do que deve ser sacrificado e do que

deve ser protegido no “ajustamento” orçamental, mas também dos seus objetivos em relação à degradação da escola pública.

Aqui como noutras áreas, os famosos cortes nas gorduras do Estado consistem na realidade na supressão de serviços públicos, com a agravante de, nestes casos, ter consequências particularmente agudas no acesso e na inclusão de alguns dos sectores sociais mais vulneráveis.

Esses cortes empobrecem os projetos educativos das escolas e a sua capacidade de “fazer educação”. A insustentabilidade deste orçamento para as escolas públicas significa a impossibilidade do sistema educativo produzir democracia. Isto é, educar crianças e jovens para serem cidadãos ativos, autónomos; uma escola capaz de reverter a desigualdades e fazer do espaço escolar um espaço de igualdade de oportunidades.

Na escola de Nuno Crato não haverá lugar para todos. Os mecanismos de exclusão que esta política engendra arriscam-se a ter consequências duradouras no perfil de qualificações das várias gerações que estão hoje na escola pública.

Clara terá de ser a posição de todos aqueles que constroem e defendem a escola pública. E incansável terá de ser a luta. ■



Pessoas e oportunidades num mundo de

7 mil milhões



para perspetivar os desafios que se colocam aos governantes, aos decisores políticos, às organizações da sociedade civil, aos homens e às mulheres comuns. Mas para além dos números, o relatório “vive” das histórias pessoais, ou seja do trabalho de campo que foi feito junto a populações e comunidades de 9 países: China, Egito, Etiópia, Finlândia, Índia, México, Moçambique, Nigéria e Macedónia. Interessante um texto intitulado “Ouvir as mulheres” que é um testemunho e revela a importância que as vozes, as opiniões e a sabedoria das mulheres podem trazer para a tomada de decisões numa aldeia

Foi este o título escolhido para o Relatório das Nações Unidas sobre a Situação da População Mundial 2011, divulgado na Assembleia da República e em simultâneo em todo o mundo, no passado dia 26 de outubro.

Este relatório é marcado por vitórias, reveses e paradoxos.

Muito caminho foi feito, mas as dificuldades que surgem e os constrangimentos do mundo atual colocam a todos e todas a questão: o que fazer para ter um mundo melhor?

Nunca como hoje a população foi tão jovem, mas as sociedades também nunca como agora tiveram tantas pessoas idosas. As mulheres atualmente têm em média menos filhos – passou-se de 6 para 2.5 – mas o crescimento populacional continua a ser uma realidade. Há 13 anos, em 1999, o planeta tinha menos mil milhões do que hoje. Em 31 de outubro de 2011 a população mundial alcançou os 7 mil milhões.

A média de esperança de vida aumentou de 48 para 68 anos entre 1950 e 2010 e a mortalidade infantil decresceu de 133 para 46 em 1000 nascimentos no mesmo período, o que é um número francamente positivo. Nalguns países mais pobres, as elevadas

taxas de fecundidade perpetuam a pobreza e resultam da ausência de políticas na área dos serviços de saúde reprodutiva, nomeadamente no planeamento familiar informado e voluntário. Por outro lado, em países mais ricos as taxas de fecundidade são baixas e os níveis de empregabilidade são baixos, com consequências no desenvolvimento económico e na sustentabilidade dos sistemas de proteção social das populações. Neste relatório é posto o enfoque quer no elevado número de jovens desempregados embora em idade de serem economicamente ativos, quer nas mulheres que, por políticas discriminatórias e pela não assunção de políticas de igualdade, continuam a receber salários baixos, desiguais e a exercer atividades informais não valorizadas socialmente, apesar da sua enorme importância para a economia e sustentabilidade das famílias.

O relatório foca igualmente o paradoxo que se prende com a necessidade de populações procurarem trabalho em países industrializados onde há falta de mão de obra levando-as a migrar e os obstáculos que se levantam com fronteiras cada vez mais fechadas nesses mesmos países.

Este relatório sobre os 7 biliões que nós somos está repleto de números que são importantes porque fazem um retrato preciso

na Índia. Aliás, este relatório realça a necessidade de dar atenção aos/às jovens, aos/às adolescentes e às vozes dos países do Sul.

Dos 7 biliões que somos, mil milhões vivem nos países ricos e os restantes 6 mil milhões vivem nos países pobres.

A atual crise das dívidas soberanas e o descalabro de políticas financeiras comandadas pelo lucro que têm relegado as pessoas para um lugar subalterno, são sérias ameaças a um caminho de desenvolvimento das sociedades humanas. Compete aos cidadãos e cidadãs exigir que a democracia, a igualdade e o progresso funcionem, barrando assim o caminho a medidas contrárias ao desenvolvimento harmonioso de mulheres, homens, jovens e crianças qualquer que seja a região do planeta que habitem. Acabar com o subdesenvolvimento exige políticas de igualdade, de solidariedade, de empoderamento das pessoas e essa é uma tarefa que também é nossa.

A sustentabilidade e o futuro da humanidade dependem das escolhas que fizermos agora.

Para consulta do relatório, consultar www.unfpa.org.br

CIMH/SPGL

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico

Os indignados e a crise da liberal de

Joaquim Jorge Veiguinha

Em 12 de março de 2011, centenas de milhares de pessoas convocadas por um movimento designado por 'Geração à Rasca' manifestaram-se em Lisboa contra a precariedade laboral e o plano de austeridade negociado pelo governo de José Sócrates, o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia. Dois meses depois, em 15 de maio, cerca de 20.000 pessoas ocupavam a praça Puerta del Sol de Madrid. Retomou-se assim um movimento que, iniciado em Lisboa, se estendeu a outras cidades espanholas e teve ramificações em outras urbes europeias – Atenas, Bruxelas, Berlim, Paris, Londres –, atingindo o seu apogeu na primeira semana de agosto no país vizinho. Inspirado no pequeno livro *Indignai-vos* do francês Stéphane Hessel e por um panfleto espanhol do mesmo tipo, este movimento tem como palavra ordem e reivindicação central 'democracia real, já!' e apanhou completamente desprevenido o governo e a classe política espanhóis.

Rapidamente o movimento 15-M, como ficou conhecido, alastrou a outras grandes cidades espanholas, de que se destacou Barcelona, que juntou à palavra ordem madrilenha o *slogan* 'ninguém nos representa' que complementa a reivindicação central deste movimento de indignação. Em 19 de junho, desencadeiam-se manifestações em toda a Espanha contra o 'pacto pelo euro', assinado pelos 17 países da zona Euro, em que se impõem compromissos sobre a moderação salarial, a flexibilidade laboral, a restrição das

despesas com as pensões e a coordenação das políticas orçamentais no sentido da imposição de draconianas medidas de austeridade. Os indignados espanhóis preveem cortes brutais nas despesas sociais e traçam as grandes linhas estratégicas do movimento. Este pretende ser cada vez mais 'horizontal', opondo-se a uma direção hierarquizada, aprofundar a descentralização com o objetivo de penetrar nos bairros de Madrid, coordenar as manifestações nas diversas cidades espanholas e expandir-se internacionalmente. O seu modo de intervenção consiste na realização de marchas que, partindo de diversas cidades espanholas, percorreram 3000 quilómetros e 200 povoações para anunciarem e discutirem as suas reivindicações, confluindo em 23 de julho, em Madrid. O movimento 15-M aposta fundamentalmente na desobediência civil e na ação direta de 'raiz pacifista', como referem alguns dos seus representantes. Porém, em 15 de junho, uma concentração junto do parlamento catalão em protesto contra a aprovação do anteprojeto orçamental da Catalunha terminou com insultos e tentativas de agressão aos deputados que tiveram de ser transportados de helicóptero para entrarem no plenário. Dos confrontos com as forças de choque dos Mossos d'Esquadra, a polícia catalã, resultaram 36 feridos ligeiros, dos quais três agentes, sendo detidas quatro pessoas

protestaram, em 6 de agosto, na capital israelita de Tel-Aviv, contra os preços incomportáveis dos alugueres das habitações – um aumento de 250% em 6 anos – e contra a degradação das condições pedagógicas nas escolas – uma média de 40 alunos por turma, a que os professores não podem dar a atenção adequada. Em 17 de setembro cerca de 2000 pessoas iniciam em Nova Iorque o movimento 'OccupyWallStreet', contestando que 1% dos norte-americanos possuam 40% da riqueza, 46 milhões estejam abaixo do limiar de pobreza e 50 milhões não tenham seguro médico. Em 15 de outubro, as manifestações dos indignados realizaram-se nas principais capitais europeias, entre elas Lisboa, mas foram manchadas por graves distúrbios em Roma onde grupos minoritários violentos contribuíram para o desencadeamento da repressão policial de que resultaram 70 feridos. Apesar deste 'percalço', o movimento dos indignados está a transformar-se num movimento global.

Estes novos movimentos são fruto do agravamento das desigualdades sociais, de que resulta o enfraquecimento cada vez maior da coesão social, e traduzem-se, no plano político, pela crise de uma liberal democracia que, cada vez mais refém dos mercados financeiros, põe em causa, com as suas curas de austeridade recessiva, não apenas o emprego e o crescimento económico, mas também as políticas sociais e redistributivas que garantiam a estabilidade e o bem-estar sociais de largas camadas dos estratos inferiores da classe média assalariada e da população trabalhadora. O que está verdadeiramente em jogo é

Um movimento global

Inspirados pelo movimento dos indignados espanhóis, 250.000 manifestantes



mocracia

a capacidade que a liberal democracia do pós-Segunda Guerra Mundial até à queda do Muro de Berlim dispunha para resolver os conflitos sociais pela via político-institucional. Esta capacidade só ‘funciona’ quando os níveis de desigualdade social não ultrapassam determinado limite. Caso contrário, o frágil elo que conecta representantes e representados é ameaçado, o que tem como principal consequência, primeiro, um crescente absentismo político nas eleições legislativas, depois, uma rutura que ora pode traduzir-se em explosões de violência seguidas de pilhagens, como sucedeu, em agosto, em Londres, e em 15 de outubro em Roma, ora num novo tipo de manifestações de protesto que contrapõem a democracia direta à democracia representativa, exigindo, como os ‘indignados’ espanhóis, ‘democracia verdadeira, já!’ em que o clássico mandato representativo perde cada vez mais a sua abrangência. É neste sentido que deve ser interpretada a palavra de ordem dos jovens de Barcelona “Ninguém nos representa”, bem como a dos promotores do movimento ‘OccupyWallStreet’ “Estamos aqui para refundar a democracia”.

Democracia direta ‘versus’ democracia representativa?

A crítica que se poderá fazer a este tipo de movimentos reside na sua incapacidade para encontrar uma mediação entre o momento extrainstitucional e o momento institucional, já que tende a rejeitar os partidos políticos e os sindicatos,

frequentemente considerados em bloco como forças do ‘sistema’. As palavras de ordem ‘democracia real, já!’ e ‘ninguém nos representa’ expressam esta ausência de mediação. Ambas apontam para uma espécie de democracia direta, muito em voga nas redes digitais contemporâneas, que pode, no entanto, desembocar numa forma de populismo que visa sobrepor a deliberação instantânea de alguns milhares de cidadãos reunidos numa praça ou em várias praças aos processos de decisão política centrados num mandato representativo que, apesar de não vincular os eleitos aos eleitores, como sucede com o mandato imperativo, tem por base consultas eleitorais democráticas periódicas em que milhões de cidadãos exprimem livremente as suas escolhas políticas. Além disso, a palavra de ordem “Estamos aqui para refundar a democracia” ignora que a democracia não se funda, mas se reconstrói e que a sua reconstrução jamais pode abdicar da instância político-institucional sem a qual não é possível garantir o respeito pela diversidade e pelos direitos das minorias ou dos que pensam de modo diferente¹. A democracia direta com a sua tendência para a ausência de regras formalizadas para a tomada de decisões e, consequentemente, para o predomínio das emoções sobre a discussão informada e ponderada das diferentes perspetivas políticas pode ser presa fácil de manipulações antidemocráticas e arruaceiras, como já aconteceu em Barcelona e em Roma. O que apenas contribuirá para dar argumentos aos poderes dominantes para limitarem a liberdade de manifestação dos sindicatos e das organizações políticas

que contestam o *statu quo* existente. O primeiro passo já foi dado pelo presidente da Câmara Municipal da capital transalpina, Gianni Alemanno, que proibiu, durante um mês, cortejos e manifestações na cidade, enquanto o ministro da Administração Interna, Roberto Maroni, se prepara para desenterrar normas de exceção que foram estabelecidas nos ‘anos de chumbo’ do século passado e que preveem prisões e julgamentos sumários a todos os que provocarem ‘distúrbios’. E estes ‘exemplos’ legislativos poderão generalizar-se, o que é absolutamente inaceitável, pois constituem um novo passo para a restrição securitária da democracia política. Mas isto implica necessariamente que o movimento dos indignados, apesar da sua transformação em movimento global, é cada vez mais parte do problema e cada vez menos parte da solução. ■

¹ Neste sentido, James Madison tem razão quando reflete sobre os ‘perigos’ da democracia direta a que chamava ‘democracia pura’: “Uma democracia pura, termo com que pretendo referir-me a uma sociedade consistindo num pequeno número de cidadãos, que reúnem e administram o governo em pessoa, não pode admitir um remédio para as ações prejudiciais às fações. Em quase todos os casos, uma maioria sentirá uma paixão ou terá um interesse comum; a comunicação e a concertação resultam da própria forma de governo; e não existe nada para manter em respeito os incitamentos a sacrificar o partido mais fraco ou o indivíduo mais odioso” (Madison, James – “O Federalista”, Ed. Colibri, Lisboa, 2003, pp. 82-83).

2º Congresso da Pró-Inclusão

Derrubar barreiras. Facilitar recursos

Ligia Calapez
Jornalista

Como criar escolas para todas e cada uma das crianças

Como criar escolas para todas e cada uma das crianças, ideia base da educação inclusiva, foi ponto de partida para a intervenção de **Mel Ainscow**, da **Universidade de Manchester**, que sublinhou que o “o sistema se tornou um grande mercado, que se reflete numa menor tolerância para com crianças com resultados menos bons”.

O orador descreveu a experiência desenvolvida pelo Grupo de Manchester – uma experiência tendo como foco de mudança a equidade (igualdade de oportunidades) na escola, entre escolas, em ligação com a comunidade –, alertando, entretanto, que qualquer projeto tem que ter em conta o contexto e não é transponível de forma automática.

O **Projeto de Manchester** surge como um verdadeiro desafio, que envolveu 10 instituições intermédias, 600 mil crianças e 1100 escolas. Um universo com grandes diferenças sociais e étnicas (por ex: 16% das crianças têm o inglês como 2ª língua, há escolas com 50 línguas de origem).

Na análise desenvolvida localmente para uma estratégia local ressaltou, nomeadamente, que muitas das competências necessárias já existiam nas próprias escolas. Trata-se assim de as rentabilizar e de pôr o conhecimento a circular. Criar redes e melhorar a cooperação.

No projeto apostou-se num padrão: cada escola tinha uma escola parceira com os aspetos fortes e fracos invertidos e de uma outra zona. Estabeleceram-se assim parcerias invulgares. Por exemplo, esco-

las com dominância de alunos de classes sociais diferentes ou escolas de judeus e escolas de muçulmanos.

Ao longo da experiência implementada ressaltou, nomeadamente, um facto significativo: nas escolas que se entrelaçam, as melhorias são mútuas, mesmo ao nível dos pontos fortes de cada uma.

Nem tudo correu bem – afirmou o conferencista – mas os resultados foram globalmente positivos, destacando-se a importância da colaboração mútua e do envolvimento da comunidade

Lições:

- 1 - As escolas têm capacidades inexploradas que podem utilizar para melhorar o seu trabalho
- 2 - Uma análise do contexto leva à identificação de questões que precisam de atenção e recursos humanos para apoiar os esforços de melhoria
- 3 - Parcerias entre escolas são um meio poderoso de promover melhorias, particularmente em circunstâncias difíceis
- 4 - A colaboração entre escolas de zonas diferentes pode fornecer um mecanismo eficaz de incentivo à inovação
- 5 - Muitos diretores de sucesso são motivados pela ideia de conjugar esforços para a melhoria com outras escolas
- 6 - Há necessidade de alguma forma de coordenação local

Na apresentação e debate das **políticas em educação especial e inclusiva**, hou-

“Derrubar barreiras. Facilitar recursos” foi o sugestivo tema do 2º Congresso Internacional promovido pela Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, que se realizou no Porto, na Universidade Portucalense, dias 28 e 29 de outubro.

No seu programa o Congresso incluiu quatro conferências e quatro mesas redondas – Políticas em Educação Especial e Inclusiva, Educação de crianças e jovens com NEE, Relação da Escola do regular/Centro de Recursos e Transição para a vida adulta –, para além de dezenas de comunicações livres.

ve destaque para temas como a dinâmica saúde-educação e o papel essencial dos pais.

Maria do Carmo Vale, do Centro de Desenvolvimento do Hospital Dona Estefânia, centrou a sua intervenção na dinâmica saúde-educação. Duas áreas que são atualmente os “bombos da festa”. Inclusão e diversidade são um “par” que engloba pais e comunidade e tem como pilar de apoio o ensino especial – afirmou a conferencista. Sublinhando que está em causa uma questão de direitos que diz respeito a todos e exige uma resposta abrangente.

Como méritos da escola inclusiva, Maria do Carmo Vale referiu: “treina autonomia das crianças, preparando-as para os ambientes com que futuramente serão confrontadas; enriquece e motiva os alunos pela interação contínua interpares; combate preconceitos e implementa solidariedade e tolerância”. Concluindo que “a escola de qualidade é incontornavelmente uma escola inclusiva. E deve basear-se em critérios pedagógicos em lugar de critérios médicos”.

No que diz respeito à saúde, defendeu que importa “combater o excesso de con-



Foto: Apresentação de Miguel Angel Verdugo Alonso . Universidade de Salamanca

sultas e exames: desinformação e confusão; combater absentismo às consultas essenciais; combater excesso de terapias; desincentivar os educadores de procurarem diagnósticos médicos e influenciarem pais a procurar mais consultas e terapias; incentivar o descolamento dos educadores e docentes dos profissionais de saúde e a desmedicalização da criança com dificuldades de aprendizagem e, em seu lugar, incentivar as boas práticas pedagógicas”.

Por sua vez, **Luísa Beltrão**, do Movimento Pais em Rede, lembrou a Convenção sobre direitos das pessoas com deficiência, como um documento de referência. Defendeu uma escola “onde se aprende a conviver na diferença” e a necessidade de se aprender com as boas práticas. E destacou, em particular, que “sem os pais não há inclusão, pois a socialização começa na família”.

A educação inclusiva é uma tarefa de todos

Miguel Angel Verdugo Alonso, da Universidade de Salamanca – numa in-

tervenção cujo fulcro foi o conceito de qualidade de vida – sublinhou que a educação inclusiva é uma tarefa de todos e se inscreve na ideia de sociedade inclusiva, de respeito e a valorização das diferenças. Sendo a inclusão um processo que se desenvolve “de baixo para cima”.

Como dimensões concretas da qualidade de vida, referiu: Bem-estar Material; Desenvolvimento Pessoal; Bem-estar Físico; Bem-estar Emocional; Relações Interpessoais; Autodeterminação (capacidade de determinar a sua própria vida); Inclusão Social; Direitos.

Afirmou ainda que o conceito de qualidade de vida se desdobra em três níveis: individual, organizacional e social.

O orador defendeu que a invocação da crise, para limitar apoios à escola inclusiva, é uma falsidade.

Na mesa-redonda em torno da **educação de crianças e jovens com NEE**, destacou-se, nomeadamente, o projeto da **Escola da Ponte**. Uma experiência, diferente, descrita por Eugénia Tavares e Ana Moreira.

No decorrer sua apresentação, as oradoras referiram que o modo de funcionamento da escola assenta num trabalho

de equipa, grupos heterogêneos e espaços comuns de aprendizagem e se baseia num estilo de gestão colegial, em que se apela à participação de todos.

Uma outra característica relevante: partindo da ideia de que “cada aluno é uma pessoa, independentemente de alguma necessidade mais específica”, desenvolvem-se paralelamente dois currículos. Um currículo objetivo, com base no plano nacional e no projeto educativo; um currículo subjetivo, que contempla o trajeto individual de cada aluno.

Ana Serrano, Universidade do Minho, sublinhou o poder da aprendizagem em contexto natural e as práticas centradas na família, sendo papel dos profissionais nomeadamente apoiar e fortalecer as capacidades dos pais para providenciar competências e experiências aos filhos.

Entre a escola e a vida ativa

Os painéis dedicados ao debate sobre centros de recursos e transição para a vida adulta, foram antecedidos de uma conferência de **António Vieira**, da Uni-

versidade Portucalense, centrada na educação de surdos.

António Vieira partiu, na sua intervenção, da ideia de fundo de que “só como seres autónomos podemos lutar por direito”. E sublinhou “o papel da linguagem como elemento base da estruturação do ser humano. Defendeu a opção bilingue como a mais adequada para quem “nasce com uma diferença que lhe nega a fala”.

O debate em torno dos **Centros de recursos** envolveu os intervenientes do agrupamento de escolas Fernando Pessoa, da Padre Bartolomeu Gusmão e da CERSI de Mira Sintra.

Miguel Valles, de Mira Sintra, defendeu a transformação dos Centros de Recursos em equipas multidisciplinares.

A **transição para a vida ativa** foi o tema abordado no último painel do congresso. Pela AFID, da Amadora, pela ASSOL, de Lafões, e pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.

Sofia Ferreira e Mário Pereira, da ASSOL apresentaram esta associação como uma plataforma logística de recursos para que as pessoas com deficiência possam participar na vida da comunidade. Um trabalho desenvolvido com base numa pedagogia da interdependência e planeamento centrado na pessoa. A transição para a vida ativa envolve a família como parceiro essencial e passa pela elaboração de currículos individualizados e a colaboração de todos os setores da sociedade.

Uma perspetiva partilhada por Jerónimo Sousa, do CRP de Gaia, que se assume como centro de recursos para a inclusão – envolvendo o apoio à elaboração de planos a nível escolar, o desenvolvimento de competências, fazer ponte com os empregadores, reabilitação funcional, produtos de apoio e gestão de casos. Como ideia de fundo: a necessidade de não parar. “Trabalhar com o que temos para o que não temos”.

Os trabalhos do Congresso encerraram com uma conferência de **Laborinho Lúcio** e a apresentação de diferentes comunicações. ■

Por lapso, no nº anterior da EI (247), na reportagem referente ao Espaço Llansol, o nome do presidente da Associação de Estudos Llansolianos, João Barrento, não vem escrito de forma correta. Aqui fica a devida retificação.

A missão do professor de educação especial é trabalhar para a inclusão



Entrevista com
David Rodrigues,
Presidente da Pró-Inclusão
Associação Nacional de Docentes
de Educação Especial

O que é ser, hoje, professor de educação especial?

David Rodrigues – Penso que ser professor de educação especial é, antes do mais, um conceito em permanente mutação. Portanto, o que nós pensávamos há dez anos que seria um professor de educação especial, hoje é diferente e talvez seja diferente daqui a uns anos. É um conceito em mutação.

Há dois anos atrás, num congresso, pedimos aos participantes para definirem numa palavra o que consideravam ser um professor de educação especial. E a palavra que apareceu foi *bombeiro*.

Isto tem um aspeto positivo, obviamente. Os bombeiros são pessoas em quem confiamos, são pessoas benignas na sociedade. Mas também tem um aspeto menos positivo, que é o facto – falando em português corrente – de o professor ser assim considerado como pau para toda a obra. Tal como os bombeiros, que tratam de fogos, de inundações, de acidentes, de gatos que estão em cima das árvores. De certa maneira, quando se faz esta comparação, a ideia subjacente é de ausência de uma identidade profissional bem definida.

Penso que, atualmente, um professor de educação especial tem duas grandes categorias de funções. Tem uma função intrínseca e uma função extrínseca.

Poderia explicitar essas funções?

Quando falo em **funções intrínsecas** quero dizer que, antes de mais, o professor tem que ter um conhecimento – e precisamos de quem tenha esse conhecimento – sobre a aprendizagem de crianças com dificuldades. Obviamente nós sabemos que uma criança nunca aprende da mesma maneira que outra. Mas o que é certo é que, através da investigação, temos vindo a saber que há determinados aspetos que, se os conhecermos, tornam mais fácil a aprendizagem dessas crianças. Como tal, seria um absurdo negligenciar esses conhecimentos que temos vindo a adquirir e que o professor de educação especial tem que ter.

Depois, há uma questão muito importante, ao nível da escola, que tem a ver com a articulação de recursos. Isto é, precisamos de um professor que, ao nível da escola, consiga saber o que há na escola e um pouco nas extensões que a escola pode ter, e procurar articular, de uma maneira harmoniosa – de uma maneira, eu diria, pedagógica – esses recursos. E é essencial que a forma como esses recursos são entregues ao aluno seja feita dentro de uma perspetiva de qualidade, uma perspetiva integrada, uma perspetiva com significado para ele.

É igualmente muito importante, ainda ao nível intrínseco, que o professor de educação especial se possa constituir como um recurso de apoio à escola. Isto é - de apoio à forma como a escola vai tratar as singularidades de cada um dos alunos. E também de apoio à família. Procurar construir, de certo modo, um protocolo de entendimento sobre quais são os objetivos de intervenção com a criança, quais são os meios de intervenção com a criança entre a escola e a família.

Mas temos também uma **componente extrínseca**. É preciso que o professor, para além de trabalhar com as crianças que têm mais dificuldades, possa ser também um recurso de formação para a escola. Isto é, que possa ajudar os outros colegas a desenvolverem competências. Neste Congresso, ouvimos o professor Mel Ainscow dizer que a maior parte das competências necessárias para a inclusão já existem nas escolas. E uma parte dessas competências já existentes é a competência que o professor de educação especial tem para formar os outros colegas. Naturalmente numa lógica de troca mútua, ao nível da formação. Há ainda a questão da consultoria. Precisamos de um professor que seja capaz de aconselhar colegas - não no sentido de lhes fornecer a solução, mas de se sentar com eles e procurar ver o que é que se passa.

E, em terceiro lugar, temos a questão da inclusão comunitária. Também ficou muito claro, neste Congresso, que as escolas têm que se ligar entre elas e à comunidade onde estão inseridas. E o professor de educação especial, como recurso da escola, também pode ajudar nesta área. Sobretudo em casos mais difíceis. Por exemplo, de crianças que são oriundas de meios socioeconómicos muito pobres e que têm dificuldades também por causa disso. É preciso o professor de educação especial entender que nem tudo se joga na escola, mas a escola tem que encontrar as extensões adequadas ao nível comunitário.

Em síntese, eu diria que o professor de educação especial tem uma função intrínseca, relacionada com o seu âmbito estrito de professor. Mas tem também uma função ao nível da formação, ao nível do aconselhamento e ao nível da inclusão comunitária.

Considera que o papel do professor de educação especial, ao nível da inclusão entendida em termos mais amplos, seria de valorizar particularmente?

Sem dúvida. Isto levava-nos a uma questão interessante. Porque, de certo modo, há aqui uma contradição. O sistema coloca os professores de educação especial nas escolas apenas para uma faixa de alunos. Mas o que eu penso que é realmente a vocação, a missão do professor de educação especial, é trabalhar para a inclusão.

Este professor foi formado e tem como missão olhar para as diferenças e conseguir estabelecer pontes entre as diferenças. Como tal, é importante que não seja apenas o professor de uma determinada faixa de alunos, mas um recurso de toda a escola, para a escola se tornar mais inclusiva.

Nesse sentido, tivemos um exemplo muito interessante, aqui no Congresso, com a apresentação do trabalho desenvolvido na Escola da Ponte. Todos nós estávamos à espera da resposta à questão: como é que vocês trabalham a inclusão na Escola da Ponte? E não ouvimos nada sobre isso. Foi-nos simplesmente apresentada a experiência de uma escola que funciona para todos os alunos. E, no meio, também há alunos com necessidades educativas especiais. Mas o foco é: como é que a escola, no seu todo, trata as questões das diferenças e a personalização de cada um dos alunos. Personalização, não no sentido de o tornar fechado aos outros, mas no sentido de que ele possa ter a melhor educação, as melhores oportunidades para se desenvolver comunitária e individualmente.

A boa inclusão nas escolas será, talvez, uma inclusão que tem a ver com a perspetiva que nos apresenta a Escola da Ponte. Se eu tivesse que dizer qual seria o caminho que me parece mais interessante para uma escola, seria certamente este. Uma escola que tem no seu código genético a inclusão, como algo que penetrou a escola toda. Mas que, claro, tem muito trabalho por detrás.

Não receia que os cortes em curso na Educação tenham sérios reflexos neste domínio?

Obviamente que é muito preocupante.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (NAÇÕES UNIDAS, 2006)

- Tratado internacional de Direitos Humanos
- Não discriminação
- Confirma modelo inclusivo
- Assigura a autonomia das pessoas com deficiência
- Promove e garante os direitos gerais e aqueles específicos para este segmento



Neste momento há escolas que sofreram grandes reduções no seu pessoal de apoio. Há escolas com cortes de quase 50%. Há escolas que não têm professores de educação especial.

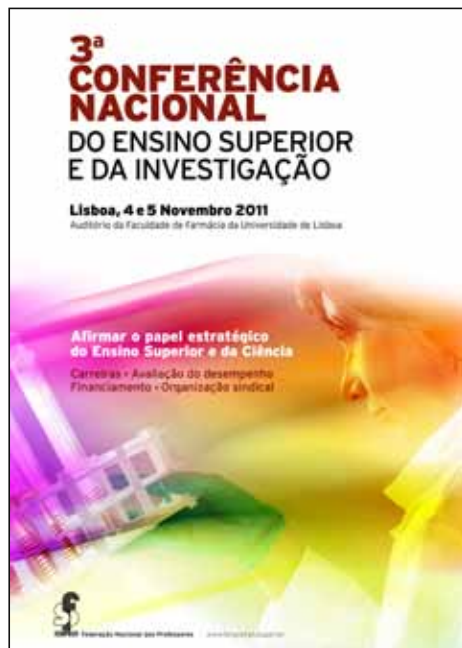
Receio que haja aqui um mau entendimento do que é a inclusão. Ou seja, a ideia de que, já que a inclusão é tarefa de toda a escola, então toda a escola faz a inclusão. Isto não é verdade. Não pode ser assim.

Noutro dia, numa conferência, houve uma pessoa que, no final, me perguntou se nós estávamos a progredir no que respeita à inclusão. Utilizei então uma imagem - foi a que me ocorreu na altura - para explicitar a minha ideia: a inclusão não é uma melancia que nós deixamos escorregar pela descida e ela vai por si própria; é uma melancia que nós temos que empurrar na subida.

Ou seja - se não tivermos recursos e pessoas para puxar a melancia, ela não vai chegar lá acima. Porque a inclusão não é algo que acontece naturalmente. É algo que, se nós não dispusermos na escola dos recursos necessários, vai cair no esquecimento. E qualquer dia vamos ouvir dizer que a inclusão é coisa antiga, que já não faz sentido e que, afinal, as escolas especiais não são tão más como isso.

É por isso que vejo com muita preocupação esta diminuição de recursos, sobretudo de recursos humanos. Durante muito tempo sentimos a satisfação de o país estar a fazer um esforço muito próximo dos países da OCDE ao nível da percentagem do PIB dedicada à Educação. Mas estes últimos cortes fazem-nos regredir dezenas de anos. ■

Nota: Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico



3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação da FENPROF

Lisboa, 4 e 5 de Novembro de 2011

Intervenção de João Cunha Serra

João Cunha Serra

Coordenador do Dep. Ens. Superior e Investigação da FENPROF

Parte I

Os apóstolos da “teologia do mercado”, no dizer de Adriano Moreira, os mentores e executores da política neoliberal, que visa sujeitar toda a actividade humana ao mercado, tendo promovido a desregulamentação e a busca desenfreada do lucro especulativo, não apenas estiveram na origem da crise financeira que vivemos e que cada dia provoca mais retrocesso social e civilizacional, como também estão a conseguir tirar partido dessa crise para atingirem de forma mais aprofundada um dos seus objectivos: o enfraquecimento das funções sociais do Estado, no caminho da privatização daquilo que ainda permanece no domínio público, visando tudo submeter ao critério do lucro, em prejuízo da prossecução do interesse geral. Tão grande tem sido o poder da ideologia neoliberal dominante que, à custa do esbulho de direitos e do confisco de

rendimentos do trabalho e de apoios sociais, está a conseguir impor que seja o Estado, isto é, todos nós, a socorrer o sistema que construíram e engendraram, sob pena do seu colapso total, protegendo nesse processo, despidoramente, os rendimentos do capital.

O reconhecimento da imensa força deste poder, só por si, obriga ao estabelecimento, que tarda, por parte daqueles que se lhe opõem, de estratégias coerentes de acção que sejam capazes de intervir com alguma eficácia na correlação de forças, nos palcos onde as principais decisões são tomadas, tanto a nível nacional, como, sobretudo, a nível europeu e internacional.

Obriga também, como pressuposto essencial de uma tal estratégia, à resistência e à luta.

Este é o momento propício para a denúncia das razões mais profundas da iniquidade do sistema político e económico dominante, do desmascaramento da falta de ética – para dizer o mínimo – ou do convite à delinquência – para ir mais longe – inerente à arquitectura do sistema financeiro que provocou a crise e de lutar para conseguir resultados que sejam pelo menos suficientes para tolher os passos dos seus principais responsáveis.

Esta acção deve mobilizar sindicatos, partidos e outras organizações sociais. Sem esta luta não conseguiremos sair do ciclo vicioso de austeridade, recessão, desemprego, quebra de receita, mais austeridade, mais recessão, mais desemprego, mais quebra de receita ... mais, mais, mais do que é negativo e urge combater e superar.

Quanto ao que nos ocupa em particular nesta conferência, parece ser uma constatação dizer-se que há um consenso mundial generalizado de que o Ensino Superior e a Ciência são estratégicos para o desenvolvimento de qualquer país.

Menos para este Governo ...

Na realidade, muitos estudos mostram que a qualificação da população activa de um país é um factor crucial para o seu desenvolvimento. Por essa razão, se procuram atingir metas cada vez mais ambiciosas no que se refere a diplomados pelo Ensino Superior entre os jovens. A UE fixou essa meta em 40%, entre os 30 e os 34 anos, até 2020.

O alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, recentemente aprovada em Portugal, é uma medida

importante que vai no sentido do cumprimento daquela meta.

Por outro lado, a crise financeira e o desemprego crescente, especialmente entre os jovens, aponta no sentido de uma maior disponibilidade para a frequência do ensino superior, que, no entanto, a redução nos apoios sociais vem prejudicar.

A tão apregoada aprendizagem ao longo da vida requer a intensificação do ensino de adultos, com ênfase também no ensino superior, apesar dos contratos ditos de confiança não terem sido honrados.

Tudo isto aconselharia um maior apoio ao ensino superior, ou pelo menos a sua não diminuição, e não o violento corte que o Governo PSD/CDS se prepara para concretizar para 2012, acentuando gravemente o movimento descendente geral que se tem verificado ao longo de muitos anos.

Estes cortes previstos para 2012 estão já a levar à não renovação de dezenas de contratos de docentes convidados e à redução das condições daqueles que são renovados, diminuição de percentagem de ocupação e do correspondente vencimento, tal como do período de vigência.

Imagine-se por um momento que a revisão da carreira docente do Politécnico não se tinha realizado. Estaríamos certamente a enfrentar neste momento uma muito mais grave situação de não renovação de contratos.

Sem prejuízo de discordância e oposição relativamente ao regime transitório, a postura negociada da FENPROF permitiu a promulgação do diploma, assim viabilizando as alterações depois introduzidas pela Assembleia da República que permitiram a entrada de centenas de docentes precários (cerca de 600) já doutorados para a carreira e a possibilidade de muitos outros virem a entrar, após a obtenção do doutoramento ou do título de especialista.

Para este resultado foi muito importante a luta dos docentes do Politécnico, ainda que a FENPROF não tenha acompanhado a reclamação de não promulgação do diploma do Governo pelo Presidente da República que alguns pretendiam, posição esta da FENPROF que veio a ser determinante para o êxito do processo.



Decorreu em Lisboa, no auditório da Faculdade de Farmácia, da Universidade de Lisboa, dias 4 e 5 de novembro, a 3ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Investigação. Uma iniciativa da FENPROF, que teve como lema **“Afirmar o papel estratégico do Ensino Superior e da Ciência”** e mobilizou delegados e outros participantes oriundos de todas as regiões, além de convidados estrangeiros.

Adensa-se, contudo, a ameaça, já concretizada em muitos locais, da não concessão dos apoios indispensáveis à obtenção do doutoramento – isenção de propinas e dispensa de serviço docente – para passagem à carreira dentro do prazo fixado.

Verifica-se assim que, no momento em que é fundamental para o país, para a saída da actual crise, que o ensino superior responda com mais eficácia às necessidades sociais, diplomando mais jovens e mais adultos, contribuindo para a elevação da formação da população, participando nas actividades de investigação e de inovação, em estreita ligação com o tecido económico e social, em particular animando cultural, social e economicamente as regiões do território mais afastadas dos grandes centros, o que se pretende aprovar, ao invés, é uma receita para o desastre, com um grave desinvestimento num sector estratégico como é o do Ensino Superior e da Ciência.

O confisco dos subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores do Estado, para além de constituir uma ofensa grave à dignidade do seu estatuto profissional e social, corresponderá a um enorme desinvestimento nos recursos humanos que reflectirá muito negativamente na capacidade para reter e admitir os melhores.

Assim, a FENPROF, agora, mais do

que nunca, entende afirmar o valor estratégico do ensino superior e da ciência e lutar pelo seu reconhecimento a nível do poder político e da sociedade em geral.

O programa do Governo apresenta uma visão estreita e instrumental do ensino superior, ao acentuar medidas que visam colocar o ensino superior ao serviço das empresas, perfilando-se uma orientação que encara o ensino superior e a ciência como uma mercadoria sujeita à prevalência de critérios de rentabilidade económica.

Contra esta visão redutora e tecnocrata, que tende a desvalorizar as humanidades, as ciências sociais e as artes, a FENPROF tem de afirmar o ensino superior como uma peça fundamental para a prossecução da Cultura Integral do Indivíduo, no conceito de Bento de Jesus Caraça.

Neste sentido, importa que a FENPROF assuma o encargo de realizar uma avaliação objectiva dos efeitos da aplicação do Processo de Bolonha, em particular da extensão com que foram atingidas as suas finalidades ocultas, denunciadas a seu tempo pela FENPROF, e de propor as medidas correctivas necessárias. ■

Documentos e intervenções desta Conferência podem ser consultados em www.spgl.pt e www.fenprof.pt.

(a 2ª parte será publicada no próximo número)

Ofertas de escola:

modalidade de concurso “sem rei nem roque”

Anabela Delgado
Dirigente do SPGL

A contratação direta pelas escolas, designada “ofertas de escola”, passou, em poucos anos, de uma modalidade de contratação residual e para casos bem concretos designadamente para colocação de docentes quando na lista graduada do concurso nacional se tinham esgotado os candidatos ou quando o mesmo horário tinha sido recusado 2 vezes e ainda para colocação de docentes em áreas técnicas e profissionais sem enquadramento no diploma relativo às habilitações para a docência – os designados técnicos especializados – para uma generalização perfeitamente arbitrária (TEIP, escolas com autonomia, projetos, etc) onde as regras são definidas em função de critérios que, não raras vezes, desrespeitam qualquer legislação e são definidos à imagem do candidato que já se sabe que se vai candidatar e colocar!

Considerando que as ofertas de escola são obrigatoriamente divulgadas nas aplicações dos departamentos do MEC – direções regionais – cabe perguntar até que ponto os responsáveis destes departamentos são coniventes com estas práticas de algumas (muitas e cada vez mais) escolas?

Convém recordar que esta generalização da contratação direta pelas escolas foi decisão do anterior governo, pela mão do conhecidíssimo e então secretário de Estado, Valter Lemos, que começou por aplicar o sistema a todas as escolas/agrupamentos TEIP,

retirando-as do concurso nacional para possibilitar que as direções das mesmas pudessem escolher “os melhores” professores para cumprir cabalmente o projeto educativo! Importa recordar que o resultado foi um autêntico desastre – o ano letivo iniciou-se com uma enorme falta de docentes já que os docentes do quadro que queriam mudar de escola através do concurso nacional o fizeram e, como as ditas escolas tinham sido retiradas do concurso, ninguém lá foi colocado. As direções foram então confrontadas com a pesada tarefa de selecionar entre centenas de candidatos os tais “melhores”!! Obviamente que agora o critério usado na esmagadora maioria dessas escolas é a “experiência do ano anterior”. Pelas melhores ou piores razões as escolas tentam assim escapar à pesada tarefa de selecionar entre centenas de candidaturas os professores para a escola, isto é, na esmagadora maioria dos casos nem vale a pena a candidatura para quem nunca esteve na escola pois a regra quase generalizada é: quem esteve, fica!

Contudo e, infelizmente, temos de reconhecer que este é o critério “mais bondoso” que se pode encontrar nestas ofertas de emprego! Desde o critério relacionado com a turma que se lecionou no ano anterior naquela escola, até à entrevista, passando pelo desrespeito completo das habilitações, há de tudo! Os professores que reclamam e há alguma forma de pôr em causa a seleção feita confrontam-se, por vezes, com ameaças verbais de que o concurso poderá ser anulado e aberto novo concurso com novas regras! É verdade, tudo isto se passa em concursos públicos. Como quem publicita as ofertas das

escolas não tomou até à data medidas para repor a legalidade e, através do discurso político, parece até apostar neste tipo de concurso, a FENPROF recorreu a várias instâncias, nomeadamente à Provedoria de Justiça, para denunciar estas situações e apelar a que recomende ao governo o respeito pelos princípios inerentes aos concursos públicos.

Ficou claro nessa reunião que, independentemente de critérios mais específicos a definir pelas escolas, os princípios básicos definidos pelo diploma legal que regulamenta os concursos têm de ser respeitados. Ficou ainda claro que há uma distinção legal entre os contratos a termo certo – aqueles que decorrem de novas necessidades das escolas como desdobramento de turmas, novas ofertas da escola e substituições de aposentados – cujo termo é 31 de agosto e os contratos a termo incerto que decorrem de substituições de doentes, licenças de maternidade, etc., onde é impossível prever a data de apresentação do titular do lugar. O “modernismo” de contrato por um mês prorrogado até que se verifique a necessidade não existe! A imaginação às vezes tem como consequência a inovação e o progresso. Não é o caso – aqui trata-se de retrocesso e desrespeito pelas pessoas e pelo seu trabalho.

Temos de ir à luta, não nos podemos conformar com o facto de “ter trabalho no meio dos muitos milhares que se encontram desempregados”, como às vezes alguns querem fazer crer. O trabalho é um direito e à condição de trabalhador estão inerentes obrigações mas também direitos – exigir o seu cumprimento é um dever de cidadania! ■

Contagem de tempo de serviço docente

Creche e Pré-Escolar Ensino Particular e Cooperativo

O SPGL enviou em outubro um ofício ao Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, denunciando a situação discriminatória existente no que respeita a diferentes procedimentos dos Serviços, aquando da apresentação das declarações de tempo de serviço prestado pelos educadores de infância que exercem funções nas valências de creche e pré-escolar, em instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.



Foto: Josh Klute

Na verdade, decorrente do despacho do ex-Secretário de Estado da Administração Educativa, Dr. Guilherme de Oliveira Martins, o tempo de serviço docente prestado em instituições fora da rede pública, desde que ocorra nas duas valências, creche e pré-escolar, com caráter permanente, sequencial e sistemático é contado para todos os efeitos pelo Ministério da Educação como serviço docente. Não obstante, a DRELVT não tem tido o entendimento a que alude o referido despacho, mormente no caso de se tratar de tempo de serviço docente prestado por educadores de infância naquelas valências nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, contrariamente ao que acontece aos docentes que exercem funções nas ipss's. Em face do exposto, é notório que as entidades administrativas estão a agir

de modo diferente perante duas realidades iguais, trata-se da mesma categoria profissional com o mesmo conteúdo funcional e nas mesmas valências, não existe qualquer aspeto relevante que condicione ou justifique a prática de atos desiguais, afetando assim a licitude das decisões do Ministério da Educação.

Assim, o SPGL solicitou a reposição da legalidade de forma a ser reconhecido o tempo de serviço docente prestado pelos educadores de infância, nas condições supramencionadas, em estabelecimentos de ensino privado, independentemente da sua natureza jurídica.

Neste momento aguardamos informação sobre qual a decisão tomada para que esta situação seja ultrapassada e reconhecido às educadoras de infância o mesmo tratamento, quer exerçam funções em ipss ou em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo. ■

Programa de expansão de desenvolvimento da Educação Pré-Escolar Compensação remuneratória dos Educadores de Infância

No âmbito do programa acima identificado, é publicado anualmente um Despacho Conjunto (Ministério da Solidariedade e Segurança Social e da Educação e Ciência) que estabelece o apoio financeiro do Estado às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O referido financiamento inclui uma compensação remuneratória dos Educadores de Infância do Pré-Escolar, desde que a remuneração mensal média destes seja superior a 1.154,70€. Ora, até à presente data, não foi publicado o Despacho relativo ao ano letivo 2010-2011, o que está a originar graves problemas financeiros nas instituições, existindo já algumas situações de salários em atraso e noutros casos poderá estar em causa o pagamento do subsídio de Natal.

É com grande preocupação que a FENPROF encara esta realidade vivida nas instituições. Assim, solicitou aos responsáveis governamentais uma rápida intervenção e questionou os mesmos sobre as medidas que pensam tomar para o futuro da educação pré-escolar nas IPSS's, pois estas integram a rede nacional da Educação Pré-Escolar.

Até à presente data ainda não obtivemos qualquer resposta. No entanto continuaremos a pressionar o governo assim como iremos pedir audiências a todos os grupos parlamentares com representação na Assembleia da República.

Esta luta é de todos os docentes e trabalhadores que exercem funções nestas Instituições e neste momento veem os seus postos de trabalho em risco. ■

Ensino Particular e Cooperativo

IPSS e Ensino Profissional Privado Certificação de Tempo de Serviço

A partir do dia 10 de outubro passam a ser tratados através de aplicação informática os requerimentos para a certificação do Tempo de Serviço prestado:

- No Ensino Particular e Cooperativo;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);
- Pelos formadores no âmbito do IEFP, RVCC, EFA, SABER+, INFTUR, CEF;
- Pelos Profissionais de RVC

Para os docentes do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's existem os seguintes formulários:

- Modelo de declaração de tempo de Serviço prestado em IPSS's;
- Modelo de declaração de tempo de serviço prestado no Ensino Particular e Cooperativo;
- Requerimento para pedido de certificação de tempo de serviço.

Os formulários dos Formadores são:

- cursos EFA
- cursos IEFP
- cursos RVCC

Deverão, ainda, consultar para efeitos da aplicação acima referida a página da DRELVT: www.drel.min-edu.pt.

Por último, após a introdução dos dados na aplicação, devem entregar ou remeter os documentos comprovativos dos dados introduzidos na aplicação, consoante sejam docentes do EPC, IPSS, Formadores ou Profissionais de RVC para a DRELVT, Praça de Alvalade, nº 12, 1749-070 LISBOA.

Em caso de dúvida, poderão sempre contactar o departamento do EPC/IPSS, através dos nºs 21 381 91 51/2.



Lutar em unidade é o caminho para vencermos a crise!

Deolinda Martin
Dirigente do SPGL

Em setembro, o Tribunal Constitucional entendeu que a “prevalência do interesse público na correção do desequilíbrio orçamental, de acordo com os compromissos firmes do Estado português, justifica a afetação das expetativas de intangibilidade das remunerações”, confirmando a pior das expetativas dos trabalhadores em causa, declarava a constitucionalidade dos cortes salariais efetuados na Administração Pública, limitando-os contudo a este ano, 2011. Se atentarmos à constituição deste coletivo de juizes e pensarmos que são indicados pela composição maioritária na Assembleia da República, perceberemos quão comprometidas ficam as suas decisões em termos políticos, uma vez que é essa mesma maioria a autora deste ataque feroz e sem precedentes aos salários da Administração Pública. Seria desejável, para credibilização da democracia, que se encontrasse uma outra forma de nomeação para um tri-

bunal com a importância reguladora que este tem.

Mas, Portugal pertence à UE e como todos os outros membros está protegido pelo respetivo tratado da mesma, que no seu Artº 152 e seguintes regula os desequilíbrios excessivos, reafirmando a necessidade de se respeitarem os sistemas nacionais de formação e negociação dos salários bem como a negociação coletiva com as organizações representativas dos trabalhadores, pelo que na Irlanda, tal como em Portugal, estes agiram junto do seu Tribunal Constitucional contra o corte de que estavam a ser vítimas e, ganharam! Este declarou inconstitucional o corte salarial, abrindo assim uma crise política quanto a esta orientação imposta pela Troika.

Na véspera de uma Greve Geral, penso que os trabalhadores mobilizados em torno de causas comuns, traduzem uma maior confiança em torno dos objetivos da luta, tornam-se mais fortes, aumentam a sua resistência, impondo preocupações acrescidas aos governantes e ao poder e, tal como na Irlanda, temos que continuar a combater esta política de redução do valor do trabalho! ■

O FMI não manda aqui, Greve Geral é fundamental!

Vários milhares de ativistas, delegados e dirigentes sindicais dos sindicatos da administração pública participaram, dia 21 de outubro, num Plenário Nacional no Rossio, em Lisboa. Os presentes desfilarão de seguida até ao Ministério das Finanças. No Plenário intervieram Ana Avoila, da Federação dos Sindicatos da Função Pública, Francisco Braz, do STAL, Mário Nogueira, da FENPROF e Manuel Carvalho da Silva, secretário geral da CGTP. Em todas as intervenções algumas notas comuns: a rejeição do plano de austeridade que configura um verdadeiro assalto aos trabalhadores - aos seus direitos, aos seus salários e aos seus horários de trabalho; que as alternativas existem e só não são utilizadas por claras opções de classe; que a resposta só pode ser a luta e que as próximas etapas serão fundamentais - uma manifestação nacional dos trabalhadores da administração pública na primeira quinzena de novembro e a Greve Geral de 24 de novembro.

No final do plenário foi votada (e aprovada) uma resolução. Em seguida, os trabalhadores presentes dirigiram-se para o Ministério das Finanças em manifestação.

Nota: Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico

RESOLUÇÃO 21 DE OUTUBRO DE 2011 REFORÇAR A UNIDADE E A LUTA



Não aceitamos e lutaremos contra a imposição de sacrifícios e medidas de austeridade – que, de resto, não atingem o grande capital, antes o favorecem. Recusamos assim que se atire o peso da crise para as costas dos trabalhadores e recusamos igualmente os inadmissíveis retrocessos sociais e civilizacionais que atiram para a miséria e a marginalidade cada vez mais portugueses.

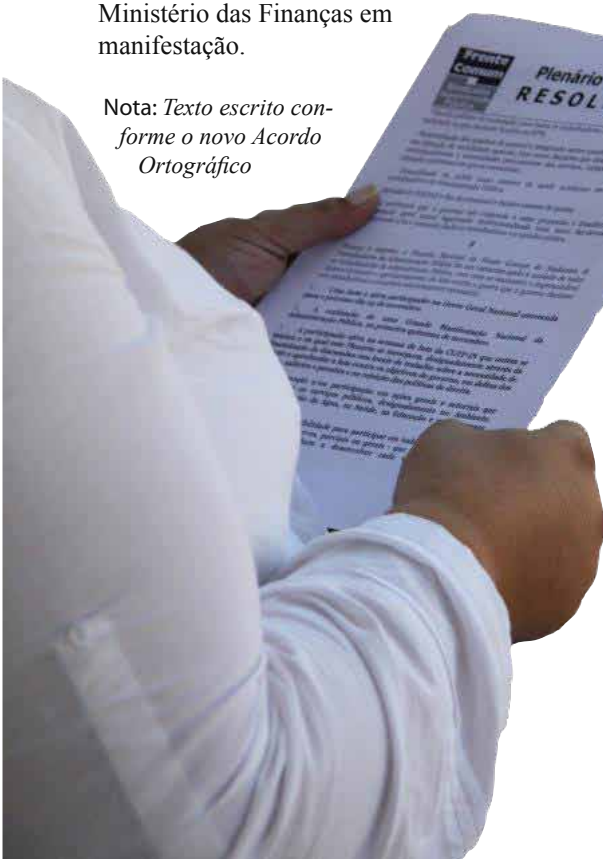
Por isso, defendemos e vamos lutar pelas reivindicações da **Proposta Reivindicativa Comum para 2012**, de que destacamos:

- Devolução dos valores roubados este ano com os cortes nos salários e pensões;
 - Atualização dos salários e pensões em percentagem não inferior à da taxa de inflação, com um mínimo de 50 euros;
 - Atualização do Subsídio de refeição para 6,50 euros;
 - Vínculo público de nomeação para todos os trabalhadores da Administração Pública, incluindo os que exercem funções na EPE;
 - Reintrodução dos quadros de pessoal e integração nestes quadros dos trabalhadores em situação de mobilidade especial, bem como daqueles que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, independentemente da situação contratual em que se encontram;
 - Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública;
 - Revisão do SIADAP e fim do irracional e injusto sistema de quotas.
- Não aceitamos que o governo não responda a estas propostas e transforme a negociação geral anual legalmente institucionalizada num mero faz-de-conta, subvertendo a lei e tentando iludir os trabalhadores e a opinião pública.

Perante o exposto, o Plenário Nacio-

nal da Frente Comum de Sindicatos de Trabalhadores da Administração Pública faz um veemente apelo à unidade de todos os trabalhadores da Administração Pública, com vista ao necessário e imprescindível desenvolvimento e aprofundamento da luta contra a guerra que o governo declarou aos trabalhadores e considera absolutamente necessário:

1. **Uma forte e ativa participação na Greve Geral Nacional convocada para o próximo dia 24 de novembro.**
2. **A realização de uma Grande Manifestação Nacional da Administração Pública, na primeira quinzena de novembro.**
3. **A participação ativa na semana de luta da CGTP-IN que ontem se iniciou e na qual este Plenário se incorpora, designadamente através da dinamização de discussões nos locais de trabalho sobre a necessidade de resistir e aprofundar a luta contra os objetivos do governo, em defesa dos direitos, salários e pensões e na rejeição das políticas de direita.**
4. **A promoção e/ou participação em ações gerais e setoriais que visem defender os serviços públicos, designadamente no Ambiente, contra a privatização da Água, na Saúde, na Educação e na Segurança Social.**
5. **A sua total disponibilidade para participar em todas as formas de luta – manifestações e greves, parciais ou gerais - que a gravidade da situação justifica se venham a desenvolver cada vez com mais intensidade.**
6. **A continuação do desenvolvimento e aprofundamento da luta, exigindo que o governo dê resposta positiva às reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública, consubstanciadas na Proposta Reivindicativa Comum para 2012. ■**





AGS aprova adesão à Greve Geral

A Assembleia Geral de Sócios do SPGL aprovou, por unanimidade, a adesão à Greve Geral de 24 de novembro.

Esta AGS que decorreu simultaneamente em Lisboa, Setúbal e Santarém aprovou, por unanimidade, um texto, aprovado previamente pelos proponentes das 3 moções presentes, que expressamente declarava a adesão à Greve Geral de 24 de Novembro convocada pelas centrais sindicais.

Das 3 moções, foi aprovada a proposta pela direção (muito semelhante à Moção proposta para votação nos plenários da FENPROF) e rejeitadas as outras duas. Do somatório das votações nos 3 locais resultou que a moção A (proposta pela Direção) teve 98 votos a favor, 5 abstenções e 0 votos contra. A moção B (que tinha como primeiro subscritor Carlos Vasconcelos) teve 23 votos a favor, 33 abstenções e 33 votos contra; a moção C (que tinha como primeira subscritora Carmelinda Pereira) teve 26 votos a favor, 34 abstenções e 38 votos contra.

No decorrer da discussão foi saliente a necessidade de todos nos empenharmos para a realização de uma grande Greve Geral. A manifestação do dia 12 de novembro que junta toda a administração pública, num clima de grande unidade, foi encarada como uma boa preparação para a Greve Geral e considerada essencial para chamar a atenção para os problemas específicos dos trabalhadores da administração pública, em geral e dos professores e educadores, em particular. ■

Nota: Texto escrito conforme o novo Acordo ortográfico

Professores e Educadores na luta

A proposta de Orçamento do Estado para 2012, defendida pelo Governo do PSD e do CDS – que agrava ainda mais as medidas, já de si tão negativas, contidas no memorando assinado com FMI-BCE-UE –, constitui um ataque brutal, não apenas aos docentes e à Escola Pública, mas aos trabalhadores portugueses, ao Estado Social e ao país. Por estas razões, A Assembleia Geral de Sócios do SPGL, descentralizada nos termos do art.º 58º, para os efeitos da alínea j) do art.º 55º dos seus estatutos:

(1) Aprova um voto de repúdio e rejeição da proposta de OE para 2012, apresentada pelo Governo;

(2) Propõe uma alteração profunda da proposta de OE para 2012, no sentido de serem garantidas condições básicas para uma organização democrática e eminentemente pedagógica das escolas, o seu regular funcionamento, o normal desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e, ainda, respeitados os direitos sociais e profissionais, bem como as remunerações dos professores e educadores;

(3) Considera inevitável a renegociação da dívida, designadamente no que concerne ao seu valor, juros e prazos, sob pena de ter lugar uma verdadeira asfixia económica e social do povo português;

(4) Exige outras políticas que se concretizem em medidas que não penalizem, como sempre, os trabalhadores e os serviços

públicos, tais como uma taxa justa da banca e das grandes empresas, o fim dos off-shores, a taxação das operações bolsistas e um combate eficaz à fuga e fraude fiscais;

(5) Reclama o pagamento integral dos subsídios de férias e Natal e a reposição do valor do seu salário, no respeito pelo que se encontra legalmente estabelecido e resulta de processos negociais desenvolvidos;

(6) Empenhar-se-á na defesa intransigente dos postos de trabalho, não só por razões de ordem social, mas porque a sua supressão põe em causa o normal funcionamento das escolas, a concretização dos seus projetos educativos, a promoção da qualidade do ensino e da educação;

(7) Disponibiliza-se para lutar contra o roubo dos subsídios, nos salários e pensões, assim como em defesa do emprego e do serviço público. Nesse sentido, apelam a uma forte participação de todos os docentes na Manifestação Geral da Administração Pública, convocada para 12 de novembro;

(8) Declaram a adesão à Greve Geral de dia 24 de novembro. ■

Moção aprovada por unanimidade

Lisboa, 26 de outubro de 2011
A Direção do SPGL

(ver texto integral em www.spgl.pt)

CLARO QUE VALEU A PENA!

Uma maneira de diminuir a importância da Manif dos Indignados é insistir na sua comparação com a de 12 de março. É certo que a de 15 de outubro tinha menos gente. Fundamentalmente porque a direita, que apostara em 12 de março para debilitar o governo de José Sócrates, não esteve nesta, que, de certo modo, foi de contestação ao governo PSD/CDS. Em Lisboa, pelo menos, foi uma bela manifestação e devemos dizer isto muitas vezes — não só porque é verdade, mas também para limitar os efeitos da contrainformação. Por outro lado, foi mesmo uma manifestação internacionalista, coisa de sublinhar, nestes tempos em que o internacionalismo proletário se tornou num mero slogan e em que as centrais sindicais mundiais parecem não estar à altura dos acontecimentos. Mas a continuação exige alguns cuidados: 1. perceber que as chamadas assembleias populares — que nestes processos desem-

penham um papel simbólico importante — não podem ser vistas como alternativa à democracia representativa. Tal significaria o acentuar do caráter antipartidos que ainda era visível em algumas faixas e pancartas. Este populismo, nas atuais circunstâncias, só serve para enfraquecer e dividir. 2. A anunciada nova manif de 26 de novembro não pode ser inferior a esta (não sei se terá também dimensão internacionalista) e terá que definir muito melhor os seus temas fortes. 3. A indignação é um estado de espírito. Poderá ser um sobressalto ético. Mas não é uma proposta política — e isso é o que é necessário ir construindo. 4. É necessário ir construindo lideranças para que não estejamos sempre no mesmo ponto. ■

<http://circulositano.blogspot.com>

Nota: Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico



DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS

Contra o ataque do Governo aos Aposentados

Os professores e educadores aposentados, bem como todos os aposentados da função pública, estão a ser vítimas de um ataque aos seus direitos e às suas pensões como nunca se viu!

Ao longo das nossas vidas de trabalho dedicado e empenhado descontámos para a Caixa Geral de Aposentações para ter direito, na passagem à reforma, a uma pensão substitutiva do salário, que deve evoluir de forma a garantir o nível de vida.

Mas o que temos verificado nos últimos anos é uma evolução negativa:

- a ADSE, que era gratuita, tem agora um peso de 1,4% e atingirá 1,5% em 2012, ao mesmo tempo que tem vindo a degradar-se, no que respeita às participações e benefícios;
- desde 2007 que aos subsídios de férias e Natal tem sido deduzido desconto para a ADSE, enquanto que isso não aconteceu com os salários do ativo;
- no espaço de apenas um ano (julho 2010 a julho 2011), os escalões do IRS sofreram dois aumentos tendo-se agravado, em média, 2,4%;
- a partir de 1 de maio de 2010, a fórmula de cálculo do valor das pensões levou a que estas se reduzissem ainda

mais, pois tem por referência o salário auferido em 2005;

- agora iremos ver reduzido a cerca de metade a pensão correspondente ao 14º mês;

Entretanto somos confrontados com uma proposta de Orçamento de Estado para 2012 que prevê:

- cortes nas pensões e nas prestações sociais;
- cortes em funções essenciais como a saúde e a educação;
- agravamento de impostos como o IRS e o IMI entre outros;
- aumentos que vão desde os preços de bens e serviços essenciais como a eletricidade, gás, transportes, habitação, taxas moderadoras do Serviço Nacional de Saúde, até ao agravamento das taxas do IVA sobre bens alimentares essenciais;
- suspensão dos subsídios de férias e de natal a todos os aposentados com pensões acima dos 1000€.

Estas medidas desvalorizam e irão reduzir as pensões, colocando-as em níveis muito preocupantes e que ameaçam, a manter-se este caminho, provocar ruturas na vida de quem se encontra aposentado.

Os Docentes aposentados não podem aceitar passivamente estas medidas!

**É preciso dizer NÃO!
É preciso lutar contra o empobrecimento e as injustiças!**

Os departamentos de Professores e Educadores aposentados dos Sindicatos da FENPROF irão realizar um plenário sindical nacional descentralizado em todos os distritos do país. As moções aprovadas serão apresentadas ao Governo e aos diversos partidos políticos, espelhando a nossa vontade e exigindo outra política, de respeito pelos direitos de quem trabalhou durante a sua vida para o crescimento e desenvolvimento do país!

PLENÁRIOS SINDICAIS:

Dia 28/11,
Lisboa, sede do SPGL, 15h
Dia 29/11,
Setúbal, del. Sindical, 14h
Dia 29/11,
C. Rainha, del. Sindical, 15.30h
Dia 30/11,
Santarém, del. Sindical, 15h

Participa!!

Nota: Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico

Cinema às Quintas no SPGL

Auditório da Sede

na última quinta feira de cada mês, às 17H30
Seguido de debate e jantar*



novembro - dia 17

Princesas

Fernando León de Aranoa, 2005, 113'

Sinopse - Cayetana (Candela Peña) vem de uma família de classe média espanhola que ignora a sua vida de prostituta. Ela e outras profissionais do sexo passam o tempo num salão de cabeleireiro, reclamando das colegas imigrantes. Uma dessas imigrantes é Zulema (Micaela Nevárez), dominicana, que usa o dinheiro ganho nas ruas para sustentar o filho, que continua na sua terra natal. Um dia, Cayetana encontra Zulema espancada e leva-a ao hospital. No caminho, descobrem que ambas idealizam um improvável amor e vivem isoladas das suas famílias.

gerações. O trabalho é duro mas o salário é bom, o que compensa o esforço. Aos poucos as amizades conquistadas no trabalho passam a fazer parte do dia a dia de Josey, aproximando famílias e vizinhos. Incentivada por Glory (Frances McDormand), uma das poucas mulheres da cidade que trabalha nas minas, Josey passa a trabalhar no grupo daqueles que penam para arrancar o minério das pedreiras. Ela está preparada para o trabalho duro e, às vezes, perigoso, mas o que não esperava era sofrer com o assédio dos seus colegas de trabalho. Como ao reclamar do tratamento recebido é ignorada, ela decide levar o caso à justiça.

que, numa noite de inverno foge de casa. Consigo, leva somente o filho. Pilar sabe que o marido vai procurá-la. Ela é tudo para ele, é o seu sol. Durante o filme, as personagens vão reescrevendo esse livro de família onde está escrito quem é quem e o que se espera que façam. Mas todos os conceitos estarão errados e onde diz lar deve ler-se inferno, onde diz amor, só há dor, e quem promete proteção só dá terror.

janeiro - dia 26

Frida

Julie Taymor, 2002, 118'

Sinopse - Frida Kahlo (Salma Hayek) foi um dos principais nomes da história artística do México. Conceituada e aclamada como pintora, ela teve também um casamento aberto com Diego Rivera (Alfred Molina), seu companheiro também nas artes.

março - dia 22

Persépolis

Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud, França, 2007, 95'

Sinopse - Marjane Satrapi (Gabrielle Lopes) é uma rapariga iraniana de 8 anos, que sonha tornar-se uma profetisa para poder salvar o mundo. Querida pelos pais e adorada pela avó, Marjane acompanha os acontecimentos que levam à queda do Xá no seu país, juntamente com seu regime brutal. Tem início a nova República Islâmica, que controla como as pessoas devem vestir-se e agir. Isto faz com que Marjane seja obrigada a usar véu, o que a incentiva a tornar-se uma revolucionária.

maio - dia 31

Dormindo com o Inimigo

Joseph Ruben, 1991, 90'

Sinopse - Com um casamento que já dura há quatro anos, Sara (Julia Roberts) e Martin (Patrick Bergin) personalizam o par mais perfeito, feliz e próspero, mas na realidade o marido espanca regularmente a mulher. Assim, para escapar desta tortura diária, ela simula a sua própria morte e foge para uma outra cidade, a fim de recomeçar a vida com uma nova identidade. Após algum tempo ela apaixona-se, mas o marido descobriu indícios de que ela pode estar viva e decide encontrá-la de qualquer maneira.

fevereiro - dia 23

Terra Fria

Niki Caro, 2005, 126'

Sinopse - Após um casamento fracassado, Josey Aimes (Charlize Theron) retorna à sua cidade natal, no Minnesota, em busca de emprego. Mãe solteira e com dois filhos para sustentar, ela é contratada pela principal fonte de empregos da região: as minas de ferro, que sustentam a cidade há

abril - dia 26

Dou-te os meus olhos

Icían Bollaín, 2003, 106'

Sinopse - Filme sobre a violência doméstica, é a história de uma mulher, Pilar,

Iniciativa no âmbito da CIMH do SPGL

*Para jantar, inscrição prévia através do mail spgl@spgl.pt



M. Pereira dos Santos
Direção do SPGL

Fundações sem fundamentos e sem fundos... ou as razões porque sou contra as fundações...

Para que fique claro desde já, refiro-me, obviamente, às “**Fundações públicas de direito privado**”, uma “*figura de estilo*” introduzida pelo RJIES, e que pode constituir (e já constitui para 3) o regime legal das Universidades em Portugal. **E EU SOU CONTRA.**

(i)
Mas para que fiquem claras as razões que me fazem ser contra estas Fundações, vou começar por explicitar **algumas razões que não são essas que me fazem ser contra:**

1. Não sou contra as Fundações em geral: aliás as Fundações (tal como as Associações Mútuas, e mais tarde as Cooperativas) fazem parte do espólio da esquerda (e sobretudo do sindicalismo) enquanto forma de organização e funcionamento coletivo, para defender e fazer prosperar bens e interesses comuns, sobretudo em sociedades democráticas, mas em que nem a esquerda nem o movimento sindical eram propriamente acarinhados;

2. Não sou contra as “Fundações públicas de direito privado” porque elas sejam “*supostamente privadas*”, porque isso é falso, e as 3 que já estão constituídas e as que estão em (eventual) for-

mação mantêm a característica de serem integralmente públicas; não se pode assim simplisticamente confundir a contestação à transformação das Universidades em Fundações com a defesa da Universidade Pública.

3. Não sou contra um Conselho de Curadores, que existe em todas as Fundações (mesmo nas privadas), pois este tem sobretudo funções para impedir que a Fundação se afaste da missão principal que determinou a sua criação, como consta das regras que regem as Fundações (todas, não só estas em particular);

4. Não considero uma “ingerência” ou “governamentalização” o facto do Governo nomear os curadores (embora conheça soluções que preferiria de nomeação mista), pois o Estado continua a ser o principal financiador daquelas Fundações;

5. Não sou contra porque o Conselho de Curadores vá passar a gerir a Universidade, passando por cima das decisões do Reitor e do Conselho Geral, pois aqueles constituem sobretudo uma Administração, e nas empresas as administrações não têm qualquer vocação a substituir-se às Direções enquanto elementos executivos que tomam as decisões de gestão do dia a dia;

6. Também não é porque as Fundações possam criar uma

“carreira docente privada paralela” (a que me oponho), mas porque é falso que isso constitua uma diferença para as restantes Universidades (não-fundacionais), pois todas podem, por verbas próprias, fazer isso (o que é mau!)... e o que as Fundações terão é mais verbas próprias que as restantes Universidades, pois essa foi uma das condições para poderem optar por esse regime;

7. Finalmente, ao invés de posições conservadoras frequentes, não é porque eu prefira sempre manter tudo na mesma, e defenda permanentemente o “*status quo*”, considerando que todas as mudanças são para pior, mesmo quando fico a defender aquilo que combati quando surgiu.

(ii)
Vou então referir quais são **as minhas verdadeiras razões para me opor** a que as Universidades se transformem em Fundações. E aqui quero referir que o debate é, para mim, sobretudo **político, de ideias e não de “medos”** (embora se deva estar atento a cenários possíveis de evoluções “inconfessáveis” e degradantes para o setor, mas que não constituem o panorama atual... pelo menos para já!).

1. O princípio em si de que uma instituição, mesmo (ou sobretudo) se pública, passa

a ser bem gerida se utilizar as regras da gestão empresarial e privada, levanta-me logo 2 objeções:

. Se essas regras são melhores para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplicam a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?

. A gestão à frente do BPN e do BPP era privada, ou não?

2. O princípio de que as Fundações podem gozar de maior autonomia, sobretudo financeira e patrimonial, levanta-me outras 2 dúvidas:
. Se essa autonomia é melhor para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?

. Se a autonomia das Universidades portuguesas está inscrita na própria Constituição (art.º 76, n.º 2), para que serve a autonomia “a mais” concedida às Fundações?

3. O princípio de que, dada a diversidade das instituições, “*o financiamento do ensino deva ser feito com base em contratos negociados com cada uma das instituições*”, em vez de ser calculado numa fórmula única, que supostamente leva à criação das tais Fundações; colocame duas questões:

. Se esse princípio é melhor para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem

Fundações ou não?

. Porquê a mudança de regime, se o mesmo Governo que fez a lei foi capaz de negociar contratos – os de confiança, por exemplo – com as Universidades não fundacionais?

4. O princípio muitas vezes referido (e a que adiro integralmente, enquanto cidadão e académico) da “*accountability*” – cuja tradução mais próxima seria algo como “prestação de contas + transparência” – que deve impregnar todas as Universidades (bem como todas as instituições que prestam um serviço público!) é um objetivo positivo. Por isso sou a favor da contratualização das relações entre o estado – a tutela, portanto – e as Universidades. Restam-me 2 problemas (múltiplos):

. Se esse princípio de transparência favorece o melhor funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas, independentemente de serem Fundações ou não?

. Como se coaduna o facto de serem ainda hoje totalmente “secretos” os contratos estabelecidos entre o Ministério e as Universidades que se tornaram Fundações, com o desejado objetivo de “*accountability*”? Que há a esconder? Os contratos foram cumpridos? Sê-lo-ão alguma vez, em tempos de crise?

5. Não concordo com o princípio de que “*a liderança das instituições, seja genericamente considerada fraca, devido ao método de eleição do Reitor e da forte colegialidade na tomada de decisões*”, não vejo nenhuma contradição entre colegialidade e liderança (mesmo forte) ou democracia, e mais uma vez tenho 2 dificuldades para entender:

. Mas se esse princípio de liderança forte fosse melhor para o funcionamento das instituições, por que razão não se aplica a todas elas,

independentemente de serem Fundações ou não?

. Creio também que conheço algumas “lideranças fortes” (até obtidas por via eleitoral, como Hitler, ou por golpe de estado, como Salazar e Franco... mas seria fácil alongar a lista!) que não acho especialmente “recomendáveis” como solução (pois “custaram” mais de uma dezena de milhões de vítimas, e algumas meio século para nos livrarmos delas!); não será outro o problema da (falta de) liderança?

6. Uma “Fundação-sem-fundos” (um produto genuinamente português!) não será um tanto como uma cesta sem fundo? Nem levará a um “beija-mão” ministerial (perdão, um contrato) em cada período de financiamento? Onde fica a “autonomia financeira”... dependente da boa vontade da tutela?

(iii)

Vou ainda fazer

“**2 pequenos alertas**”:

1. Isto da Constituição impedir a subida das propinas acima da inflação, e dos alunos só pagarem 15% do seu custo de formação anual é um absurdo nos dias que correm! E têm de contribuir para a austeridade nacional e para pagar os custos do BPN também. Então, vamos a isso?

2. Quando os alunos puderem pagar 40 a 50% do seu custo de formação, isto das Universidades (quer Fundações ou não... mas mais fácil com estas últimas!) fica um “negócio apetecível” para se poder “valorizar” (no sentido “bolsista”, não no bíblico) o conhecimento... Por quê “privarmo-nos de Fundações Privadas de Direito Privado”?

(iv)

Por fim, quero confessar aqui ainda **as minhas “preferenciazinhas ideológi-**

cas” (se assim se lhes pode chamar, e não incomodar muito que eu persista em mantê-las), apresentadas em crescendo de relevância:

1. Sou totalmente contra que se coloquem exclusivamente “gestores” (uma classe “pura” e sem atavismos académicos!), que sejam “profissionais” (o que os universitários parece não serem nessas funções) e de preferência “privados” (triplemente “puros”!) para gerirem instituições não empresariais nos domínios da educação, ciência e cultura... e, portanto, as Universidades. Parece que, pela ausência dos tais gestores, estas tais “caquéticas instituições” (ou universidades) têm tido dificuldade em manter-se ao longo dos anos – dificuldades essas que, para algumas, se arrastam há várias centenas de anos, imaginem! – pois apenas têm sido dirigidas por académicos, docentes e investigadores, que nada sabem do que deve ser exigido a uma destas instituições!!! As Universidades de hoje têm todas certamente professores de gestão em excelente posição para colaborarem nas tarefas de gestão... sem ignorarem as “peculiaridades” da missão da Universidade, em termos de responsabilidade social, e funções de ensino e investigação. De facto, considero que o FMI não faria melhor... do que os professores que as criaram e fizeram crescer ao longo do último milénio!

2. Uma Universidade sempre foi (e é... ou deve ser) um lugar de produção e transmissão de conhecimento. Esta atividade só se desenvolve em “meio próprio” (ou seja, uma “cultura” de questionamento, dúvida sistemática, pensamento livre, cooperação entre iguais (em dignidade) – isto tudo é o que hoje se costuma apelar de **LIBERDADE ACADÉMICA** – e muito

muito estudo, dos professores/investigadores e dos alunos! [Também reconheço que nalgumas se privilegia mais a “mediocridade”, o “faz-de-conta”, a intriga palaciana, o nepotismo, o “mandarinato académico”, em resumo, o que se pode chamar **delinquência académica**, todo um conjunto de valores muito pouco de acordo com a imagem anterior: todos conhecemos situações destas, de instituições que delapidam o nome de Universidade. Estas, de facto, mesmo por vezes sendo públicas, parecem empresas ao serviço de interesses bem particulares e/ou privados, dos seus membros ou de outros... e talvez lhes conviesse a tal gestão empresarial!]

3. A Ciência (e o conhecimento) não tem nacionalidade, cor, género, status social, preferência sexual, política ou religiosa... mas nem todos assim pensam! Pertence a todos, todos podem contribuir, e deve ser partilhada por todos, e estar ao serviço do bem-estar de todos (mesmo dos que não pensam assim!). Uma “gestão privada”, baseada numa “liderança forte” – (quase) não respondendo a ninguém pelas suas decisões – será capaz de me garantir a **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES** (inscrita no art.º 76 da nossa Constituição) entre todas as categorias de “*minoritários*” (ou “*diferentes*”, ou “*estranhos*”) referidas acima? **Pois eu, português, branco, homem, pequeno-burguês, heterossexual, esquerdista e ateu...** (praticamente com todos os atributos preferenciais, exceto nos parâmetros de avaliação “religião” e “política”)... **permito-me descrever e duvidar!** E como eu muitos... ■

Nota: Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direccao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede
Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

Direcção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras

Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém
•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal
•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt



**Visita Guiada à EXPOSIÇÃO
ARCA DE NOÉ
30 de novembro
no Centro de Arte Manuel de Brito**

O Centro de Arte alberga a Coleção Manuel de Brito. Este riquíssimo acervo, fruto do trabalho, empenho e dedicação de Manuel de Brito e de sua família, constitui um dos mais importantes núcleos da arte portuguesa do século XX, contando já com importantes referências da produção artística mais atual. Com efeito, este acervo conta com mais de trezentas obras, de alguns dos mais importantes artistas nacionais, como Paula Rego, Graça Morais, Eduardo Luiz, Menez, Palolo, Eduardo Batarda, Costa

Pinheiro, António Dacosta, Júlio Pomar, entre muitos outros.

Tendo por base de trabalho as obras protocoladas o Centro tem levado a cabo um programa expositivo assente em núcleos temáticos de carácter temporário que visam dar a conhecer a Coleção partindo de uma abordagem histórica e um programa de atividades conexas de carácter lúdico e educativo no âmbito do projeto de Serviço Educativo e de Animação do CAMB.

EXPOSIÇÃO ARCA DE NOÉ

A magia e o mistério do mundo animal são uma constante desde os primórdios da humanidade. As primeiras manifestações artísticas que conhecemos são as representações de animais desenhadas no interior das cavernas pelos homens pré-históricos. Temos várias atitudes dos artistas perante os animais. Uns desenharam-nos por puro prazer, outros são apresentados com comportamentos e emoções humanas com os mesmos sentimentos de amor e ódio, liberdade e repressão, vulnerabilidade e abuso de poder como Paula Rego ou Bartolomeu

Cid dos Santos. Lourdes Castro espalma um Coelho, feito com pratas de chocolates, como se fosse uma múmia. Joana Vasconcelos envolve em rendas os animais em loiça de Rafael Bordalo Pinheiro. Artista expostos: Alex Flemming, António Areal, António Dacosta, António Quadros, António Seguí, Bartolomeu Cid dos Santos, Carlos Carreiro, Corneille, David de Almeida, Diogo Evangelista, Eduardo Viana, Fátima Mendonça, Fernando Direito, Graça Morais, Joana Salvador, Joana Vasconcelos, João Francisco, João Pedro Vale, José de Guimarães, José Manuel Espiga Pinto, Júlio Pomar, Júlio Resende, Lourdes Castro, Martinho Costa, Menez, Miguel Telles da Gama, Paula Rego, Pedro Gomes e Raul Perez.

No dia 30 de novembro teremos uma visita guiada à Exposição ARCA DE NOÉ, para sócios do SPGL, das 14h30 às 15h30 e a seguir visita livre a Exposição Permanente da coleção Manuel Brito. Esta visita é gratuita mas limitada a 25 participantes, pelo que os interessados devem inscrever-se na sede do SPGL ou pelo tel. 21 381 91 16.

CONVÍVIO DE NATAL - MUSEU DO FADO – 15 DE DEZEMBRO

16H00 – Visita guiada ao Museu do Fado

19H00 – jantar no Restaurante típico “Mesa de Frades”, na Capela do Palácio da D. Rosa

21H00 – Noite de Fados com Tânia Oleiros

37, 50 €

SPGL - Departamento de Professores e Educadores Aposentados . **Ficha de Inscrição**

Convívio de Natal – Museu do Fado

Nome: _____ Nº Sócio: _____

Morada: _____ Telm: _____

Acompanhante _____

Email: _____

Pagamento: Cheque nº _____ Do Banco _____ No valor de _____ €

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

Nota 1: Esta ficha de inscrição, acompanhada do respetivo pagamento deverá ser enviada/entregue, até 30/11, para a sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida, nº 3 – 1070-128 Lisboa) ao cuidado do Departamento de Professores Aposentados do SPGL.

Nota 2: Contactos: Tel. 213819116

Viagem à INDIA

**Duração: 13 dias / 11 noites
em pensão completa**
1 a 13 de março 2012

Programa

Para ver o programa completo consulte o site do SPGL-Dep. Aposentados

Dia 01: Portugal / Nova Delhi. Partida cerca das 11h. Noite a bordo.

Dia 02 e 03: Nova Delhi

Visitas à Velha e Nova Delhi permitir-nos-ão descobrir o Qutab Minar (século XII) e a Coluna de Ferro que, depois de 1500 anos de história, resistiu à oxidação. Visitaremos também o Memorial a Mahatma Gandhi, a Porta da Índia, o Templo de Loto, o Palácio Presidencial, o Templo Sijista e uma das maiores mesquitas da Índia, a Jama Masyid.

Passeio em riquexó nas ruelas da zona antiga, seguida de uma paragem no Forte Vermelho.

Dia 04 e 05: Varanasi

Viagem em avião para Varanasi. Visita panorâmica de Varanasi-Benarés, incluindo o templo Bharat Mata com seu relevo da Índia em mármore. Visita às margens do Rio Ganges para assistir à cerimónia da tarde chamada "Aarti".

Passeio de barco pelo sagrado Rio Ganges para ver os "Ghats", ou banhos rituais, e os lugares de cremação. Visita a Sarnath, cidade onde Buda deu o seu primeiro sermão.

Viagem em comboio noturno com destino a Agra. Noite a bordo.

Dia 06 e 07: Agra

Visita panorâmica, incluindo um dos monumentos mais importantes do mundo, o Taj Mahal e ao Forte Vermelho de Agra nas margens do rio Yamuna onde veremos interessantes estruturas como o Jehangiri Mahal, o Anguri Bagh, o Khas Mahal e a Mesquita Moti Masjid.

Dia 08 e 09: Fatehpur Sikri / Jaipur

Visita à bela cidade mongol de Fatehpur Sikri, uma das mais belas cidades desertas da Índia, onde veremos a mesquita Jama Masjid, a Tumba de Salim Chisti, o Panch Mahal, entre outros lugares.

Em Jaipur, visita ao Templo Bilra da religião hindú e paragem no Palácio Albert Hall, Excursão de meio dia ao Forte Amber, a antiga capital do estado até 1728. Aqui subiremos no lombo de elefantes para aceder até à última colina sobre a qual se ergue a Fonte.

Visita panorâmica de Jaipur onde conheceremos o observatório astronómico que o Marajá Jai Singh construiu. Também visitaremos o Palácio do Marajá, antiga residência real e, hoje em dia, museu de manuscritos, pinturas de Rajput e Mogol e armazém e poderemos ver Hawa Mahal (Palácio dos Ventos) um dos monumentos mais conhecidos de Jaipur.

Dia 10 e 11: Goa

Viagem em avião para Goa. Visita guiada à cidade antiga onde veremos a Basílica do Bom Jesus, a Catedral, famosa pela arquitetura portuguesa, o Templo de Mangeskar e o mercado local. Visita, com almoço, às plantações de especiarias de Goa.

Dia 12 e 13: Mumbai (antiga Bombaim)

Viagem de avião com destino a Mumbai. Visita panorâmica à cidade passando pelos locais de maior interesse.

Dia 13 - Embarque com destino a Lisboa com escala numa cidade europeia. Chegada cerca das 23h.

Nota: Os preços constantes do programa estão baseados nos custos dos serviços e taxas de câmbio vigentes à data de impressão do programa, pelo que estão sujeitos a alteração que resulte das variações no custo dos transportes ou do combustível, de direitos, impostos, taxas e flutuações cambiais.

**PREÇO: 1980€ em quarto duplo
2470€ em quarto individual**

O pagamento pode ser feito em 4 cheques datados de 30/11, 20/12, 20/01 e 20/2.

Inscrições até 30 de novembro

Inclui:

- Passagem aérea, em classe económica
- Recepção e assistência no aeroporto
- Todos os transportes e transferes de entrada e saída, visitas, etc., em transporte com a/c
- 10 noites de alojamento nos hotéis indicados (ou similares).
- Bilhete de comboio noturno de Varanasi para Agra em cabina dupla com ar condicionado.
- Pensão completa
- Todas as entradas de acordo com o itinerário
- Passeio de elefante em Jaipur
- 1 dia completo de visitas em Goa com almoço nas plantações de especiarias
- Serviços de guia local em língua espanhola nos locais de visita
- 1 garrafa de água mineral por pessoa por dia
- Seguro de Viagem Standard
- Taxas de aeroporto, de segurança e combustível a confirmar na emissão.

Não inclui:

- Visto de entrada na Índia (a tratar na Embaixada da Índia em Portugal)
- Suplementos não especificados
- Seguro de Cancelamento/interrupção de Viagem: 20€ (opcional)

Alojamento Previsto:

Cidade	Hotel
Nova Delhi	The Royal Plaza 4*
Varanasi	Ramada 4*
Agra	Radisson 5*
Jaipur	Holiday inn 4*
Goa	The Retreat by Zuri 4*
Mumbai	Fariyas 4*

Departamento de Professores e Educadores aposentados . Viagem à Índia – 1 a 13 de março . Ficha de Inscrição

Nome _____ idade _____ N° de Sócio _____

Morada _____ Localidade _____

C. Postal _____ - _____ Telm. _____ E-mail _____

Acompanhantes (nome e idade): _____

_____ Pretende seguro de cancelamento/interrupção de viagem (20€ pessoa)? Total _____ x 20€ = _____ €

Pagamento: Cheques nº _____ de 30/11, _____ de 20/12, _____ de 20/01, _____ de 20/02, do Banco _____ no valor total de _____ €

Nota: A ficha de inscrição deverá ser entregue, acompanhada do respetivo pagamento, até ao **dia 30 de novembro**, na sede do SPGL (Rua Fialho de Almeida nº 3 – 1070-128 Lisboa) ou nas delegações regionais, ao cuidado do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL.

Nota: telefones de contacto: 213819116 - 960202007.

Legislação

• **Portaria 262/11, 31/8**

Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento das creches.

• **Lei 49/11, 7/9**

Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, aprovado pelo D.L. 442-A/88, 30/11

• **Despacho 10166/11, 12/8**

Criação da comissão de peritos para definição das regras de avaliação e admissão dos candidatos ao contingente de portadores de deficiência no âmbito do concurso nacional de acesso e ingresso no ensino superior público para o ano letivo 2011/2012

• **Despacho 11388/11, 7/9**

Prorroga o prazo dos projetos transversais específicos assumidos pelas equipas multidisciplinares

• **Despacho 12284/11, 19/9**

Medidas de ação social escolar para o ano letivo de 2011/12

• **Despacho 13173-A/11, 30/9**

Alteração aos despachos 29864/07 e 15285-A/2010 (manuais escolares)

• **Despacho 13173-B/11, 30/9**

Alteração aos despachos n.ºs 415/08, 22025/09 e 4857/10 (manuais escolares)

• **Lei 53/11, 14/10**

Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho (Lei 7/09), estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação de contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.

• **Portaria 277/11, 13/10**

Primeira alteração à Portaria 1324-A/2010, que regulamenta as regras a que obedece o financiamento público dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contratos de associação.

• **Portaria 278/11, 14/10**

Primeira alteração à Portaria 1333/10, que estabelece as regras aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes que exercem funções de gestão e administração em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar, e de ensino básico e secundário, bem como em centros de formação de associações de escolas

Contagem das árvores das flores e dos frutos



Exposição de pintura
de **Luís Rodrigues**



Acrílico sobre tela 18x13cm

O Espaço António Borges Coelho, no SPGL, vai acolher uma exposição de pintura de Luís Rodrigues. A **inauguração** terá lugar dia **28 de novembro** às 18h.

No texto de apresentação desta exposição – de que as imagens que aqui publicamos falam por si – Edgardo Xavier, da AICA (Associação Internacional de Críticos de Arte) Portugal, diz: “reinventando a sede de diferença, mais decantado e poético que nunca, Luís Rodrigues codifica as imagens e oferece-nos, com a certeza de uma intimidade que se renova, a expressão mais simples, concentrada e estética de uma linguagem actual que é, em simultâneo, incisiva e marcante”.

E conclui: “Este conjunto de trabalhos é a reportagem sobre o caminho, da fonte ao húmus, da semente à árvore ou à flor que, antes de ser compromisso e fruto, nos enfeita os dias e nos prepara o espírito para a percepção das estrelas”.

Luís Rodrigues nasceu em Lisboa em 1945. Estudou pintura na Escola de Artes Decorativas António Arroio. Realizou cerca de 20 exposições individuais.

Licenças sem vencimento

A matéria supra identificada encontra-se regulada nos artigos 105º a 107º do ECD aplicando-se, naquilo em que os mesmos são omissos, o regime geral constante dos artigos 234º e 235º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções públicas aprovado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro.

De acordo com os identificados preceitos do ECD, os docentes vinculados com contrato de trabalho por tempo indeterminado podem beneficiar de 3 modalidades de licença sem vencimento de longa duração a saber:

a) licença de curta duração (30, 60 ou 90 dias); b) Licença sem vencimento por um ano; c) Licença sem vencimento de longa duração.

- Na **primeira das referidas modalidades** o docente tem que possuir, pelo menos, três anos de serviço docente efetivo e o período pelo qual foi requerida tem que ser gozado seguidamente. No caso do gozo da licença sem vencimento até 90 dias o beneficiário será impedido de requerer nova licença da mesma natureza no prazo de 3 anos.

- Na **segunda modalidade**, a licença tem que incidir obrigatoriamente com o início e o termo do ano escolar e o regresso do docente não depende de qualquer formalidade. O seu gozo determina a suspensão do contrato sendo que o período em que a mesma decorre é contado para efeitos de aposentação, sobrevivência e fruição dos benefícios da ADSE, desde que se mantenham os correspondentes descontos.

- A **terceira modalidade** das licenças enunciadas também é obrigatoriamente coincidente com a data de início e de termo do ano escolar e só podem dela beneficiar os docentes com, pelo menos, cinco anos de serviço docente efetivo.

Neste caso, o regresso ao quadro de origem está dependente a existência de vaga no respetivo grupo de docência ou na primeira a que venha a ocorrer. Para o efeito deve o docente apresentar o correspondente requerimento até ao dia 30 de setembro do ano letivo anterior àquele em que quer regressar. Enquanto não houver lugar numa vaga, o docente permanece na situação de licença sem vencimento de longa duração, podendo, no entanto, candidatar-se aos concursos de pessoal docente que entretanto abrirem.

Os efeitos desta modalidade de licença sem vencimento são os mesmos que foram referenciados para a licença sem vencimento por um ano.

O Ministério da Educação tem vindo a prestar esclarecimentos sobre a matéria em questão, designadamente através da Circular da DGRHE nº B 110684942, de 13 de abril de 2011.

Contudo, temos constatado que o mesmo Ministério tem, recentemente, tomado decisões, a nosso ver ilegais, no âmbito de situações de regresso da licença sem vencimento e longa duração.

Tendo em atenção tal realidade, aconselhamos os docentes que pretendam beneficiar de tal licença a dirigir-se ao serviço de Apoio a Sócios do SPGL, no sentido de obterem esclarecimentos adicionais. ■



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL DE 000201162C
PODE ABRIRE-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL

Em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível
de mudar.

Bertolt Brecht

